



DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO: 01

1. Assinale a alternativa correta.

- (A) Bom de Roda Ltda. tem como objeto social a prestação de serviços automotivos e comercialização de pneus. O registro do seu ato constitutivo e dos demais atos societários deve ser realizado no Registro Civil de Pessoa Jurídica.
- (B) Pereira Advogados é uma sociedade de advogados que presta serviços jurídicos na área de direito de mercado de capitais. O registro do seu ato constitutivo e dos demais atos societários deve ser realizado no Registro Público de Empresas Mercantis.
- (C) **O objeto social de Escola ABC S.A. é o ensino elementar e a prestação de serviços educacionais.**

O registro do seu ato constitutivo e dos demais atos societário deve ser realizado no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais.

- (D) Jorge Silveira exerce atividade de comercialização de joias e materiais ornamentais. Para ser empresário individual deve inscrever-se no Registro Civil de Pessoas Físicas.
- (E) Cooperativa de Leite Vaquinha Ltda., com sede na cidade do Niterói, deve ter os seu ato constitutivo e os demais atos societários registrados no Registro Público de Empresas Mercantis da cidade do Rio de Janeiro.

GABARITO COMENTADO

(A) Incorreta. A prestação de serviços automotivos e de comercialização de pneus caracteriza-se como atividade empresária, portanto, o seu ato constitutivo e demais atos societários devem ser registrados no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, nos termos dos artigos 982, 984 e 1.150 do Código Civil.

(B) Incorreta. Por se tratar de sociedade de advogados, seus atos societários devem ser arquivados na Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do artigo 15, § 1º. da Lei 8.906, de 04 de julho de 1994.

(C) Correta. Nos termos do art. 982, parágrafo único, do Código Civil, sociedade por ações é sempre considerada sociedade empresária e, por isso, seu registro deve se dar no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais (art. 1.150 do Código Civil)

(D) Incorreta. O empresário individual deve inscrever-se no Registro Público de Empresas Mercantis, antes do início da sua atividade, nos termos do artigo 967 do Código Civil.

(E) Incorreta. Nos termos do art. 982, parágrafo único, do Código Civil, as cooperativas, independentemente do seu objeto social, é considerada simples e, nos termo do art. 1.150 do Código Civil, seus atos constitutivos devem ser registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Além disto, a sede da cooperativa é na cidade de Niterói e, por isso, o registro não pode ser na cidade do Rio de Janeiro.



QUESTÃO: 02

2. Assinale a alternativa cujo enunciado contenha nome comercial que está em conformidade com a legislação nacional.

- (A) João Pedro Liberati e Francisco Souza são sócios em uma sociedade em conta de participação cujo nome empresarial é Liberati & Souza, Comércio de Carnes Ltda.
- (B) Regina Nogueira e Patrícia Silveira são sócias em uma sociedade limitada cujo objeto social é o comércio de roupas e o nome empresarial é Floricultura Nogueira & Silveira Ltda.
- (C) TBLG SPA, sociedade estrangeira italiana, funciona no Brasil com a seguinte denominação: TBLG SPA, Sociedade Estrangeira Italiana.
- (D) João Pedro e Pedro João são sócios de uma sociedade limitada cuja denominação é João & Pedro S.A.
- (E) Joana Treviso e Maria Veneto são acionistas da companhia cujo nome empresarial é Malhas & Meias Bonitas S.A.**

GABARITO COMENTADO

- (A) Incorreta. A sociedade em conta de participação não tem firma ou denominação, nos termos do art. 1.162 do Código Civil.
- (B) Incorreta. O artigo 1.158, § 2º., do Código Civil estabelece que "A denominação deve designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios".
- (C) Incorreta. Conforme art. 66 do Decreto-Lei n. 2.627/40 e o art. 1.137, parágrafo único, do Código Civil, as sociedades estrangeiras funcionarão no território nacional com a mesma denominação que tiverem no seu País de origem, podendo acrescentar as palavras "do Brasil" ou "para o Brasil".
- (D) Incorreta. Por se tratar de sociedade limitada é preciso que o nome empresarial contenha a expressão "limitada" ou a sua abreviação "Ltda."
- (E) Correta. Trata-se de denominação que está em conformidade com o disposto no art. 3º. da Lei 6.404/76 e art. 1.160 do Código Civil.



QUESTÃO: 03

3. Não constitui infração à ordem econômica:

- (A) limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa.
- (B) exercer de forma abusiva posição dominante no mercado.
- (C) dominar mercado relevante de bens ou serviços.
- (D) aumentar arbitrariamente os lucros.
- (E) adquirir o controle dos principais concorrentes do mercado.**

GABARITO COMENTADO

- (A) Incorreta. Hipótese de infração a ordem econômica prevista no artigo 20, I da Lei 8.884/94
- (B) Incorreta. Hipótese de infração a ordem econômica prevista no artigo 20, IV da Lei 8.884/94
- (C) Incorreta. Hipótese de infração a ordem econômica prevista no artigo 20, II da Lei 8.884/94.
- (D) Incorreta. Hipótese de infração a ordem econômica prevista no artigo 20, III da Lei 8.884/94
- (E) Correta. A aquisição de concorrentes, por si só, não representa infração à ordem econômica.



QUESTÃO: 04

4. A respeito da disciplina jurídica brasileira das empresas em crise, é correto afirmar que:

- (A) estão sujeitos à disciplina da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas) os empresários, as sociedades empresárias, as instituições financeiras privadas, as sociedades seguradoras e as cooperativas de crédito.
- (B) os sócios das sociedades limitadas estão sujeitos aos efeitos jurídicos da falência produzidos em relação à sociedade empresária falida.
- (C) **durante o procedimento de recuperação judicial, os administradores da sociedade podem ser mantidos em seus cargos com competência para a condução dos negócios sociais.**
- (D) todos os credores, inclusive os de natureza tributária e trabalhista, podem participar da negociação da recuperação extrajudicial.
- (E) o plano de recuperação judicial deverá ser apresentado pelo devedor e aprovado pela unanimidade dos devedores, sob pena de ser decretada a falência.

GABARITO COMENTADO

- (A) Incorreta. Conforme artigo 2º. da Lei 11.101/2005, entre as entidades excluídas dos efeitos da lei de falências, estão as instituições financeiras, públicas e privadas, as sociedades seguradoras e as cooperativas de crédito.
- (B) Incorreta. Apenas os sócios cujo tipo societário imponha responsabilidade ilimitada estão sujeitos aos efeitos da falência produzidos em relação à sociedade falida, nos termos do artigo 81 da Lei 11.101/2005.
- (C) Correta. Conforme o disposto no art. 64 da Lei 11.101/2005.
- (D) Incorreta. O artigo 161, § 1º. exclui a possibilidade de titulares de crédito de natureza tributária e derivados da legislação trabalhista o disposto no capítulo sobre recuperação extrajudicial.
- (E) Incorreta. Nos termos dos artigos 53, 55 e 56, se o plano de recuperação apresentado pelo devedor encontrar objeção de algum credor, ele será levado para deliberação da assembléia-geral de credores.



QUESTÃO: 05

5. A respeito da fiança e aval, é correto afirmar que:

- (A) tanto o fiador como o avalista podem opor ao credor as exceções extintivas da obrigação que competem ao devedor principal.
- (B) tanto o avalista quanto o fiador não podem pleitear o benefício de ordem.
- (C) **a fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica na ineficácia total da garantia.**
- (D) o aval é instituto jurídico com finalidade de garantir a satisfação de obrigações contraídas por contrato.
- (E) a fiança é instituto jurídico com finalidade de garantir a satisfação de obrigação assumida pelo devedor mediante emissão de um título cambiário.

GABARITO COMENTADO

(A) Incorreta. Conforme artigo 837, do Código Civil, o fiador pode opor ao credor as exceções extintivas da obrigação que competem ao devedor principal. Já ao avalista isto não é permitido, por se tratar de obrigação autônoma.

(B) Incorreta. O fiador pode opor o benefício de ordem, conforme estipulado no art. 827 do Código Civil.

(C) Correta. Este é o texto da Súmula 332 do STJ, de 05/03/2008.

(D) Incorreta. O aval é instituto jurídico para garantir a satisfação de obrigações previstas em títulos cambiários.

(E) Incorreta. A fiança é contrato pelo qual uma pessoa garante satisfação ao credor de obrigação assumida pelo devedor, caso esta não seja cumprida, conforme redação do artigo 818 do Código Civil. Sobre a característica da fiança, afirma Orlando Gomes: "Sua natureza é a de um contrato subsidiário, por ter a execução condicionada à inexecução do contrato principal" (Contratos, 25ª. edição, Rio de Janeiro, Forense, 2002, p. 435)



QUESTÃO: 06

6. A respeito das operações de reestruturação societária, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Na operação de incorporação, uma sociedade é absorvida por outra, que lhe sucede em todos os seus direitos e obrigações.
- (B) Na operação de incorporação de ações, uma sociedade incorpora todas as ações do capital social de outra sociedade transformando-a em sociedade unipessoal, denominada no direito brasileiro de subsidiária integral.
- (C) Na operação de fusão, duas companhias fundem os seus patrimônios, formando uma nova sociedade que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
- (D) Na operação de cisão parcial, a companhia transfere parcela do seu patrimônio para outra sociedade, constituída ou já existente, dividindo-se o seu capital social.
- (E) **Na operação de aquisição do poder de controle acionário, uma pessoa, física ou jurídica, adquire ações representativas de 50% ou mais do capital votante de uma companhia.**

GABARITO COMENTADO

- (A) Correta. A descrição da operação de incorporação corresponde ao previsto no artigo 227 da Lei 6.404/76.
- (B) Correta. A descrição da operação de incorporação de ações e criação de subsidiária integral corresponde ao previsto no artigo 252 da Lei 6.404/76.
- (C) Correta. A descrição da operação de fusão corresponde ao previsto no artigo 228 da Lei 6.404/76.
- (D) Correta. A descrição da operação de cisão parcial corresponde ao previsto no artigo 229 da Lei 6.404/76.
- (E) Incorreta. A aquisição do poder de controle não exige necessariamente a aquisição de 51% do capital social votante, mas de quantas ações forem necessárias para ter o direito de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e de ter maioria nas deliberações assembleares.



QUESTÃO: 07

7. Há mais de dez anos, Jorge e Matias, ambos juridicamente plenamente capazes, constituíram sociedade limitada para desenvolver o comércio de carnes em Petrópolis. Apesar de eles terem elaborado contrato de sociedade por escrito, tal contrato nunca foi levado a registro na Junta Comercial competente.

Considerando as informações acima, é correto afirmar que:

- (A) **a sociedade não tem personalidade jurídica, mas os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.**
- (B) a sociedade é inexistente.
- (C) a sociedade é ineficaz, tanto para Jorge e Matias quanto para terceiros.
- (D) a sociedade é nula de pleno direito.
- (E) a sociedade existe, é válida e possui personalidade jurídica.

GABARITO COMENTADO

- (A) Correta. Trata-se de sociedade comum não personificada, disciplinada pelos artigos 986 a 990 do Código Civil. A afirmativa A reproduz, em parte, a redação do artigo 988 do Código Civil.
- (B) Incorreta. A sociedade existe e é válida perante dos sócios, conforme disposto no art. 987 do Código Civil
- (C) Incorreta. A sociedade produz efeitos para os sócios e os terceiros podem provar a sua existência por qualquer modo, conforme determina o artigo 988 do Código Civil.
- (D) Incorreta. A sociedade não é nula, pois os sócios são capazes, o objeto é lícito e a forma é a prescrita em lei. Assim, nos termos do artigo 123 do Código Civil, o contrato de sociedade é válido.
- (E) Incorreta. A sociedade, por não ter sido registrada, não tem personalidade jurídica, nos termos dos artigos 45 e 985 do Código Civil.



QUESTÃO: 08

8. Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Duplicata é título de crédito causal que encontra origem em contrato de compra e venda mercantil ou de prestação de serviços.
- (B) Se o credor não realizar o protesto por falta de aceite ou por não devolução do título, ainda assim poderá realizar o protesto por falta de pagamento.
- (C) Nos contratos de compra e venda mercantil, o devedor poderá deixar de aceitar a duplicata:

por avaria ou não-recebimento das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco; por vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, devidamente comprovados; e por divergência nos prazos ou nos preços ajustados.

- (D) Nos contratos de prestação de serviços, o devedor poderá deixar de aceitar a duplicata: quando não houver correspondência com os serviços efetivamente contratados; por vícios ou defeitos na qualidade dos serviços prestados, devidamente comprovados; e por divergência de prazos ou nos preços ajustados.

(E) A duplicata não se configura como título executivo extrajudicial.

GABARITO COMENTADO

(A) Correta. A duplicata é título de crédito que encontra causa no negócio jurídico subjacente que pode ser uma compra e venda mercantil ou prestação de serviços, nos termos dos artigos 1º. e 20 da Lei 5.474/68.

(B) Correta. Conforme o artigo 13, § 2º. da Lei 5.474/68, com redação dada pelo Decreto-Lei n. 436/69: "O fato de não ter sido exercida a faculdade de protestar o título, por falta de aceite ou de devolução, não elide a possibilidade de protesto por falta de pagamento".

(C) Correta. A redação está de acordo com o art. 8º. da Lei 5.474/68.

(D) Correta. A redação está de acordo com o art. 21 da Lei 5.474/68

(E) Incorreta. O artigo 15 da Lei 6.474/68, com redação dada pela Lei 5.458/77, prevê as duplicatas como títulos executivos extrajudiciais.



QUESTÃO: 09

9. A respeito do contrato de arrendamento mercantil, é correto afirmar que:

- (A) a cobrança antecipada do Valor Residual Garantido (VRG) descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, transformando-o em compra e venda a prestação.
- (B) a cobrança antecipada do Valor Residual | Garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.**
- (C) é proibido o pagamento antecipado de Valor Residual Garantido (VRG).
- (D) o bem objeto do contrato de arrendamento mercantil deve necessariamente ser adquirido pelo arrendatário.
- (E) o bem objeto do contrato de arrendamento mercantil deve necessariamente retornar à instituição financeira.

GABARITO COMENTADO

- (A) Incorreta. Esta alternativa reproduz a Súmula 263 do STJ que cujo entendimento foi alterado pela Súmula 293 do STJ
- (B) Correta. Esta alternativa reproduz a Súmula 293 do STJ.
- (C) Incorreta. A possibilidade de cobrança do VRG é próprio do contrato de arrendamento mercantil.
- (D) Incorreta. É próprio do contrato de arrendamento mercantil a faculdade do arrendatário de adquirir o bem que alugou.
- (E) Incorreta. É próprio do contrato de arrendamento mercantil a faculdade do arrendatário de adquirir o bem que alugou.



QUESTÃO: 10

10. Nos termos da Lei 11.101/2005, não se configura como crime falimentar:

- (A) praticar, antes ou depois da sentença que decreta a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar a recuperação extrajudicial, ato fraudulento de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores, com o fim de obter ou assegurar vantagem indevida para si ou para outrem.
- (B) manter a atividade empresarial após a concessão da recuperação judicial ou a homologação da recuperação extrajudicial.**
- (C) violar, explorar ou divulgar, sem justa causa, sigilo empresarial ou dados confidenciais sobre operações ou serviços, contribuindo para a condução de devedor a estado de inviabilidade econômica ou financeira.
- (D) divulgar ou propalar, por qualquer meio, informação falsa sobre devedor em recuperação judicial, com o fim de levá-lo à falência ou de obter vantagem.
- (E) sonegar ou omitir informações ou prestar informações falsas no processo de falência, de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, com o fim de induzir a erro o juiz, o Ministério Público, os credores, o Comitê ou o administrador judicial.

GABARITO COMENTADO

- (A) Incorreta. Esta alternativa configura-se como crime falimentar, nos termos do artigo 168, da Lei 11.101/2005.
- (B) Correta. Esta alternativa descreve um ato essencial no procedimento de recuperação judicial e extrajudicial de empresa, não se configurando como crime falimentar.
- (C) Incorreta. Esta alternativa configura-se como crime falimentar, nos termos do artigo 169, da Lei 11.101/2005.
- (D) Incorreta. Esta alternativa configura-se como crime falimentar, nos termos do artigo 170, da Lei 11.101/2005.
- (E) Incorreta. Esta alternativa configura-se como crime falimentar, nos termos do art. 171, da Lei 11.101/2005.



QUESTÃO: 11

11. A respeito do protesto, assinale a alternativa correta.

- (A) O cancelamento do protesto, por qualquer motivo, somente pode ser realizado por determinação judicial.
- (B) O protesto é condição necessária para o pedido de falência do devedor empresário.
- (C) O protesto pode ser requerido perante o Cartório de Protesto apenas para comprovar a falta de pagamento.
- (D) O protesto é o ato formal pelo qual se prova a inadimplência de uma obrigação cambiária e pode ser requerido para demonstrar a falta de pagamento, a falta de aceite ou a não-devolução do título.**
- (E) O protesto não tem nenhum efeito jurídico, servindo unicamente para pressionar o devedor a pagar o que deve.

GABARITO COMENTADO

(A) Incorreta. Esta alternativa contraria o disposto no art. 26 e seus parágrafos, em especial, parágrafo 3º., da Lei 9.492/97.

(B) Incorreta. Apesar do protesto continuar sendo ato importante para fixar o termo legal da falência (art. 99 da Lei 11.101/07), o artigo 94 da Lei 11.101/07 traz uma série de hipóteses de presunção jurídica de insolvência para fins falimentares que não coloca o protesto como condição necessária ao pedido de falência do devedor-empresário. O protesto é indispensável apenas quando se tratar de falência no caso de não-pagamento no vencimento de obrigação líquida materializada em título com valor igual ou superior a 40 salários mínimos (art. 94, I, Lei 11.101/2005).

(C) Incorreta. Além do protesto por falta de pagamento, existe também o protesto por falta de aceite nas letras de câmbio e nas duplicatas e por não devolução, conforme disposto no artigo 21, § 3º. da Lei n. 9.492 e artigo 13 § 1º. da Lei 5.474.

(D) Correta. Esta afirmação está de acordo com o conceito de protesto constante do artigo 1º. da Lei 9.492/97: "Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida".

(E) Incorreta. O protesto é um ato com efeitos jurídicos apto a comprovar a inadimplência e o descumprimento de obrigações cambiárias.



QUESTÃO: 12

12. Quanto ao regime de responsabilidade societária dos tipos societários existentes no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) Na sociedade em conta de participação, todos os sócios respondem solidariamente pelo montante do capital.
- (B) Nas sociedades por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, e todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (C) **Nas sociedades limitadas, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.**
- (D) Nas sociedades em nome coletivo, todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor apartado a título de capital social.
- (E) Nas sociedades simples puras, os sócios são solidariamente responsáveis pelo passivo da sociedade.

GABARITO COMENTADO

(A) Incorreta. Na sociedade em conta de participação, obriga-se perante terceiros apenas o sócio ostensivo, nos termos do artigo 991 do Código Civil.

(B) Incorreta. Conforme artigo 1º. da Lei 6.404/76, "a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas".

(C) Correta. Conforme artigo 1.052 do Código Civil, "a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social"

(D) Incorreta. Conforme artigo 1.039 do Código Civil, "Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais."

(E) Incorreta. Conforme art. 997, VIII, do Código Civil, o contrato social deve prever "se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais"



QUESTÃO: 13

13. O Código de Defesa do Consumidor não se aplica às relações entre:

- (A) a entidade de previdência privada e seus participantes.
- (B) a instituição financeira e seus clientes.
- (C) o comprador e o vendedor proprietário de um único imóvel, que lhe serve de residência.**
- (D) o comprador de veículo e a concessionária.
- (E) a instituição de ensino e o estudante.

GABARITO COMENTADO

(A) Incorreta. A Súmula 321 do STJ estabelece que: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes".

(B) Incorreta. A Súmula 297 do STJ estabelece que: "O Código do Consumidor é aplicável às instituições financeiras."

(C) Correta. Não se trata de relação de consumo quando uma pessoa vende o seu próprio imóvel. Aplicam-se a esta relação as regras de compra e venda do Código Civil.

(D) Incorreta. Trata-se de relação de consumo, nos termos do artigo 2º. do Código de Defesa do Consumidor.

(E) Incorreta. Trata-se de relação de consumo, nos termos do artigo 2º. do Código de Defesa do Consumidor.



QUESTÃO: 14

14. Com relação à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.

- (A) Implica a extinção da pessoa jurídica.
- (B) Constitui uma construção jurisprudencial que nunca encontrou positividade na legislação nacional.
- (C) Implica que obrigações da sociedade sejam estendidas aos bens particulares dos administradores e sócios e está prevista apenas no Código Civil.
- (D) Implica que obrigações da sociedade sejam estendidas aos bens particulares dos administradores e sócios e está prevista, no sistema jurídico brasileiro, apenas no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor.
- (E) **Implica que obrigações da sociedade sejam estendidas aos bens particulares dos administradores e sócios e está prevista, no sistema jurídico brasileiro, no Código Civil, no Código de Defesa do Consumidor e na Lei 8.884/94 (Lei de Defesa da Concorrência).**

GABARITO COMENTADO

(A) Incorreta. A desconsideração da personalidade jurídica não representa a extinção da pessoa jurídica, mas implica que obrigações da sociedade sejam estendidas aos bens particulares dos administradores e sócios.

(B) Incorreta. De fato, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica nasceu de construção jurisprudencial, mas atualmente há dispositivos de lei prevendo a sua aplicação – artigo 50 do Código Civil, artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor, art. 18, Lei 8.884/94 entre outros.

(C) Incorreta. A desconsideração da personalidade jurídica está prevista no Código Civil e em outros diplomas legais, tais como Código de Defesa do Consumidor e Lei 8.884/94

(D) Incorreta. A desconsideração da personalidade jurídica está prevista no Código Civil, no Código de Defesa do Consumidor e em outros diplomas legais (Lei 8.884/94)

(E) Correta. A desconsideração da personalidade jurídica está prevista no artigo 50 do Código Civil, no artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor e na Lei 8.884/94.



QUESTÃO: 15

15. ABC Vidraçaria Ltda. é uma sociedade cujo objeto social principal é a fabricação e comercialização de vidros para fins industriais. Ela possui apenas três sócios e seu quadro societário tem a seguinte configuração:

- I. Antônio, titular de 80% das quotas sociais;
- II. Bernardo, titular de 10% das quotas sociais;
- III. Carlos, titular de 10% das quotas sociais.

A administração da sociedade cabe a João, conforme designação no próprio contrato social. O contrato social prevê ainda que as obrigações contraídas em nome da sociedade que excederem a R\$ 100.000,00 e a alienação de qualquer bem essencial ao desenvolvimento das principais atividades sociais dependem da deliberação de 80% do capital social.

Surgiu uma boa oportunidade para ABC Vidraçaria Ltda. firmar contrato de trespasse dos bens e direitos relacionados com a fabricação de vidros.

Nesse negócio, a sociedade se obriga apenas se:

- (A) João assinar o contrato de trespasse, sem a prévia aprovação dos sócios.
- (B) Antônio assinar o contrato de trespasse.
- (C) João e Antonio assinarem conjuntamente o contrato de trespasse.
- (D) João assinar o contrato de trespasse com a aprovação prévia dos sócios representantes de 80% do capital social de trespasse.**
- (E) João, Antonio, Bernardo e Carlos assinarem o contrato de trespasse.

GABARITO COMENTADO

(A) Incorreta. Como o trespasse do estabelecimento empresarial relacionado com a produção de vidros da empresa implica em alienação de bens essenciais para o desenvolvimento da atividade de ABC Vidraçaria Ltda. e seu contrato social exige que tal negócio seja deliberado por 80% do capital social, João não teria competência para firmar o contrato de trespasse sem a aprovação de Antônio em reunião de sócios.

(B) Correta. Esta alternativa obedece exatamente o exigido pelo contrato social.

(C) Incorreta. Antonio é sócio majoritário da ABC Vidraçaria Ltda. e não tem poderes de gestão. Como determina o artigo 1.064 do Código Civil, "O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes." Desta maneira ele não tem poderes de gestão e de apresentação da sociedade.

(D) Incorreta. Antonio é sócio majoritário da ABC Vidraçaria Ltda. e não tem poderes de gestão. Como determina o artigo 1.064 do Código Civil, "O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes."

(E) Incorreta. Antonio, Bernardo e Carlos são sócios da ABC Vidraçaria Ltda. e não têm poderes de gestão. Como determina o artigo 1.064 do Código Civil, "O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes."



QUESTÃO: 16

16. A respeito da estrutura de administração das sociedades por ações, é correto afirmar que:

- (A) é obrigatório que as sociedades por ações sempre tenham administração dual, isto é, tenham um Conselho de Administração e uma diretoria.
- (B) o Conselho de Administração é obrigatório apenas em sociedade por ações de capital aberto, em sociedades de economia mista e de capital autorizado.**
- (C) é vedada a criação de qualquer outro órgão da sociedade ou comitê, ainda que com funções meramente consultivas, diferente dos órgãos previstos em lei, isto é, Conselho de Administração e Diretoria.
- (D) os membros do Conselho de Administração podem, eventualmente, representar a companhia perante terceiros.
- (E) quando a sociedade por ações possuir Conselho de Administração, os membros da Diretoria, antes de realizar qualquer negócio relevante para a companhia, devem ter o aval do órgão colegiado.

GABARITO COMENTADO

(A) Incorreta. A legislação acionária permite que o empresário estruture a sua administração da forma que melhor lhe convenha, estabelecendo se haverá Conselho de Administração e Diretoria ou apenas Diretoria, nos termos do art. 138 da Lei 6.404/76. Somente nas sociedades abertas, de economia mista e de capital autorizado é obrigatória a administração dual, nos termos dos artigos 138, §2º. e 239 da Lei das S.A.

(B) Correta. Esta alternativa espelha exatamente o previsto nos artigos 138, § 2º. e 239 da Lei 6.404/76.

(C) Incorreta. É possível a criação de outros órgãos pelo estatuto social, que terão função técnica ou destinados a aconselhar os administradores, conforme o disposto no artigo 160 da Lei 6.404/76.

(D) Incorreta. O Conselho de Administração é órgão colegiado e deliberativo, não podendo ter atividade de representar a companhia. A representação da sociedade compete privativamente aos diretores, nos termos do artigo 138, § 1 da Lei 6.404/76.

(E) Incorreta. A competência do Conselho de Administração está fixada no artigo 142 da Lei das S.A. O estatuto social pode, entretanto, exigir que este órgão colegiado manifeste-se previamente sobre alguns atos ou contratos da companhia.



QUESTÃO: 17

17. Considerando que:

- ABC Cana de Açúcar Ltda. (ABC Ltda.) é acionista controladora titular de 60% do capital votante de ABC Comércio de Açúcar Refinado S.A. (ABC S.A.), sociedade por ações de capital aberto;
- ABC Ltda. e ABC S.A. firmaram contrato pelo qual aquela fica obrigada a fornecer 5 toneladas de açúcar refinado por ano pelo prazo de 10 anos.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Tal contrato é nulo de pleno direito, por se configurar como contrato consigo mesmo.
- (B) Conforme determina a Lei 6.404/76, o Conselho de Administração é o órgão societário competente para aprovar contratos entre controlada e controladora. Por consequência, o contrato entre ABC Ltda. e ABC S.A. deverá ser aprovado pela maioria dos membros do Conselho de Administração.
- (C) Conforme determina a Lei 6.404/76, a Assembleia Geral é o órgão societário competente para aprovar contratos entre controlada e controladora. Por consequência, o contrato entre ABC Ltda. e ABC S.A. deve ser aprovado pela maioria dos seus acionistas, devendo ABC Ltda. se abster de votar.
- (D) Conforme determina a Lei 6.404/76, a Assembleia Geral é o órgão societário competente para aprovar contratos entre partes relacionadas. Por consequência, o contrato entre ABC Ltda. e ABC S.A. deve ser aprovado pela maioria dos acionistas, podendo ABC Ltda. participar da deliberação.
- (E) **Conforme determina a Lei 6.404/76, o contrato entre controlada e controladora deve ser realizado em condições estritamente comutativas e por decisão dos administradores, se o estatuto social não dispuser em contrário. Por consequência, o contrato entre**

ABC Ltda. e ABC S.A. pode ser firmado por decisão dos administradores.

GABARITO COMENTADO

(A) Incorreta. Trata-se de contrato firmado entre sociedade controladora e controlada, não se caracteriza como contrato simulado ou contrato consigo mesmo. As condições especificadas nestes contratos devem obedecer as praticadas no mercado, conforme determina o artigo 245 da Lei das S.A., sob pena de responsabilidade dos administradores

(B) Incorreta. A lei acionária brasileira não exige que os contratos entre controladas e controladoras sejam obrigatoriamente aprovados pelo Conselho e Administração.

(C) Incorreta. A lei acionária brasileira não exige que os contratos entre controladas e controladoras sejam obrigatoriamente aprovados pela Assembleia Geral.

(D) Incorreta. A lei acionária brasileira não exige que os contratos entre controladas e controladoras sejam obrigatoriamente aprovados pela Assembleia Geral.

(E) Correta. Redação em conformidade com o disposto no artigo 245 da Lei 6.404/76

QUESTÃO: 18

18. Antônio herdou imóvel bem localizado em Vila Isabel e deseja concretizar seu sonho de abrir uma livraria. Para levar o seu projeto adiante, Antônio fez um plano de negócios e constatou a necessidade de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para iniciar as atividades.

Considerando que o valor do seu imóvel é estimado em aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), convida Bernardo para entrar na sociedade uma vez que ele já tem grande expertise no ramo e interesse em investir no setor.

Considerando os fatos acima, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a integralização do capital social, caso a sociedade seja constituída como sociedade por ações, o imóvel herdado deverá ser avaliado por três peritos ou por empresa especializada e o valor deve ser aprovado em Assembleia Geral. Bernardo poderá integralizar a sua parte em dinheiro e em serviços avaliados de acordo com o seu know-how.
- (B) Para a integralização do capital social com o imóvel herdado, caso a sociedade seja constituída como sociedade limitada, os sócios podem definir o valor do imóvel. Bernardo deverá integralizar a sua parte com bens relacionados ao objeto social suscetíveis de avaliação pecuniária. Ambos respondem solidariamente pela exata avaliação do bem imóvel até o prazo de 5 anos, contado da data de registro da sociedade.**
- (C) Caso a sociedade seja constituída como sociedade limitada, o capital social não poderá ser integralizado com bens imóveis, em decorrência de vedação legal.
- (D) Para a integralização do capital social com o imóvel herdado, caso a sociedade seja constituída como sociedade por ações, Bernardo e Antônio podem estabelecer o seu valor em Assembleia. Nessa hipótese, ambos serão solidariamente responsáveis pela exata avaliação até o prazo de 2 anos, contado da data de registro da sociedade.
- (E) Caso a sociedade seja constituída como sociedade por ações ou sociedade limitada, é permitido que Bernardo integralize a sua parte no capital social com serviços importantes para o desenvolvimento da atividade da nova sociedade.

GABARITO COMENTADO

(A) Incorreta. Em sociedades por ações, não é possível o sócio integralizar a sua parte no capital social com serviços. Conforme estabelece o artigo 7º. da Lei 6.404/76 "o capital social poderá ser formado com contribuição em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro"

(B) Correta. Esta alternativa espelha exatamente o disposto no artigo 1.055, § 1º. do Código Civil: "Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de 5 anos da data do registro da sociedade"

(C) Incorreta. Inexiste vedação legal de integralização do capital com bens imóveis.

(D) Incorreta. Nos termos do artigo 8º. da Lei 6.404/76 "a avaliação dos bens será feita por 3 peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembléia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número"

(E) Incorreta. A integralização do capital em serviços é permitida apenas nas sociedades simples puras, conforme o permissivo do artigo 997, V do Código Civil.



QUESTÃO: 19

19. ABS Agroindustrial S.A. é empresa exportadora de produtos relacionados com o plantio de cana de açúcar.

Para viabilizar a próxima safra, em 01 de junho de 2009, contratou adiantamento de contrato de câmbio com o Banco XPTO S.A. no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Em 15 de julho de 2009, foi decretada a falência da ABS Agroindustrial S.A.

Considerando os fatos acima, assinale a alternativa correta.

- (A) O Banco XPTO deverá habilitar o seu crédito na falência, tendo prioridade sobre todos os demais créditos.
- (B) O Banco XPTO deverá habilitar o seu crédito na falência, tendo prioridade sobre os credores, salvo sobre os créditos de natureza trabalhista.
- (C) O Banco XPTO deverá habilitar o seu crédito na falência, tendo prioridade sobre os credores, salvo sobre os créditos de natureza trabalhista e tributária.
- (D) O Banco XPTO tem direito à restituição em dinheiro da quantia entregue ao devedor, decorrente do adiantamento do contrato de câmbio.**
- (E) O Banco XPTO deverá esperar a colheita da próxima safra e a sua comercialização para receber a quantia que lhe cabe.

GABARITO COMENTADO

(A) Incorreta. Por tratar-se de crédito originário de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), a instituição financeira tem direito ao pedido de restituição, nos termos do artigo 86, II, não sendo preciso habilitar seu crédito no processo de falência.

(B) Incorreta. Por tratar-se de crédito originário de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), a instituição financeira tem direito ao pedido de restituição, nos termos do artigo 86, II, não sendo preciso habilitar seu crédito no processo de falência.

(C) Incorreta. Por tratar-se de crédito originário de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), a instituição financeira tem direito ao pedido de restituição, nos termos do artigo 86, II, não sendo preciso habilitar seu crédito no processo de falência.

(D) Correta. Por tratar-se de crédito originário de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), a instituição financeira tem direito ao pedido de restituição, nos termos do artigo 86, II, não sendo preciso habilitar seu crédito no processo de falência. Ademais, a Súmula 307 do STJ prevê que: "A restituição de adiantamento de contrato de câmbio, na falência, deve ser atendida antes de qualquer crédito.

(E) Incorreta. Esta situação está fora de questão, pois a instituição financeira não tem direito exatamente ao plantio para o qual foram destinados os recursos do adiantamento do contrato de câmbio.



QUESTÃO: 20

20. Clorofila Produtos Verdes S.A. é uma sociedade constituída conforme as leis brasileiras que tem o seguinte quadro acionário:

- I. Raiz Forte Ltda., titular de 40% das ações ordinárias;
- II. Sérgio Flores, titular de 10% das ações ordinárias;
- III. ACB Fundo Mútuo, titular de 15% das ações ordinárias;
- IV. Os 35% restantes das ações ordinárias são detidos por pequenos investidores da Bovespa.

Nos últimos cinco anos, Raiz Forte Ltda. elegeu a maioria dos membros do Conselho de Administração e obteve maioria em todas as deliberações sociais. Ressalta-se que Raiz Forte Ltda., por sua vez, tem Reginaldo Flores como titular de 99% das suas quotas e sua esposa, Maria Flores, com 1% restante. Ressalta-se que Maria Flores jamais teve conhecimento ou participou dos negócios sociais.

Para fins da aplicação dos regimes jurídicos de abuso do poder de controle e de alienação do controle acionário previstos na Lei das S.A. – Lei 6.404/76, assinale a alternativa que indique quem é acionista controlador da Clorofila Produtores Verdes S.A.

- (A) Raiz Forte Ltda.
- (B) Raiz Forte Ltda. e Sérgio Flores.
- (C) Raiz Forte Ltda., Sérgio Flores e ABC Fundo Mútuo.
- (D) Reginaldo Flores.**
- (E) Reginaldo Flores e Maria Flores.

GABARITO COMENTADO

(A) Incorreta. A Súmula 321 do STJ estabelece que: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes".

(B) Incorreta. A Súmula 297 do STJ estabelece que: "O Código do Consumidor é aplicável às instituições financeiras."

(C) Correta. Não se trata de relação de consumo quando uma pessoa vende o seu próprio imóvel. Aplicam-se a esta relação as regras de compra e venda do Código Civil.

(D) Incorreta. Trata-se de relação de consumo, nos termos do artigo 2º. do Código de Defesa do Consumidor.

(E) Incorreta. Trata-se de relação de consumo, nos termos do artigo 2º. do Código de Defesa do Consumidor.



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

QUESTÃO: 21

21. A sociedade empresarial 'X' remeteu mercadorias para a sociedade empresarial 'Y' a título de consignação mercantil, rezando o respectivo contrato que a venda deveria efetivar-se no prazo ZZZ por R\$ WWW.

A esse respeito e à luz da legislação tributária vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há incidência do ICMS em tal remessa, pois a consignação mercantil não constitui operação relativa à circulação de mercadoria.
- (B) A consignante 'X' obriga-se a fazer incidir o ICMS, destacando o respectivo valor na nota fiscal que emite quando da saída das mercadorias com destino ao estabelecimento da consignatária 'Y'.**
- (C) Sejam as mercadorias remetidas veículos usados, ou sejam produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, a consignante 'X' deverá observar as disposições próprias a esse regime de tributação.
- (D) No caso de a consignatária 'Y' vender as mercadorias por preço maior do que o estabelecido no contrato de consignação mercantil, deverá emitir nota fiscal apenas para registrar o efetivo valor do negócio realizado, sem débito de ICMS, impondo-se à consignante 'X' emitir nota fiscal complementar, face ao reajustamento do preço contratado por ocasião da remessa, sem destaque do ICMS.
- (E) Mesmo em se tratando de consignação mercantil e tendo em vista que o transporte das mercadorias foi realizado por empresa transportadora contratada pela consignatária 'Y', sediando-se 'Y' no mesmo município da consignante 'X', houve prestação de serviço de transporte sujeita ao ICMS.

GABARITO COMENTADO

- Segundo a legislação vigente (RICMS/2000, Livro VI, art. 177), há incidência do ICMS em remessas de mercadorias a título de consignação mercantil, retratando o gabarito o conteúdo da norma contida em mencionado dispositivo regulamentar.

- Daí, inaceitável a alternativa a), que afirma não incidir o imposto. A alternativa c) peca em razão de veículos usados não se incluírem no regime de substituição (cf. art. 22 da Lei 2.657/96 e seu Anexo Único, item 67), e ainda porque o RICMS/2000, Livro VI, art. 182, determina que, em relação a eles, sejam observadas as disposições do Livro XIII do RICMS/2000 (Título II, Cap.I). A alternativa d) conflita com o disposto nos arts. 178 e 179 do Livro VI do RICMS/2000, máxime por afirmar que o consignante deverá emitir nota fiscal complementar "sem destaque do ICMS". E a alternativa e) erra ao consignar a incidência do ICMS sobre prestação de serviço de transporte intramunicipal.



QUESTÃO: 22

22. Assinale a alternativa que indique a hipótese de não-incidência do ICMS que não é definida pela Lei

nº 2.657/96.

- (A) Operação com mercadoria destinada a depósito fechado, do próprio contribuinte, localizado no Estado do Rio de Janeiro, bem assim a operação de retorno, ao estabelecimento depositante.
- (B) Aquisição de veículo novo por taxista e por portador de deficiência motora, desde que os mesmos não tenham adquirido veículo com isenção ou não incidência do ICMS em prazo inferior a 2 (dois) anos.
- (C) Operação de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.
- (D) Operação com mercadoria de terceiro, na saída de estabelecimento de empresa de transporte ou de depósito, por conta e ordem desta.
- (E) Operação com bens móveis salvados de sinistro em venda por empresa seguradora.**

GABARITO COMENTADO

- A Lei 2.657/96 define como hipótese de não incidência do ICMS, no art. 40, inc. XXI, a “transferência de bens móveis salvados de sinistro para as companhias seguradoras”, e não “em venda por empresa seguradora”, como expresso na alternativa e), que, por isso, bem atende ao enunciado.

- Todas as demais alternativas retratam corretamente disposições relativas à não incidência do ICMS expressas na Lei 2.657/96, art. 40, inc.: a) XXII e XXIII; b) XX; c) VI; d) XII e XIII.



QUESTÃO: 23

23. Segundo a Lei Complementar nº 87/96, não se inclui no campo de incidência do ICMS:

- (A) a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais.
- (B) a utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada à operação ou prestação subsequente.
- (C) a entrada, no estabelecimento do contribuinte, de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação, destinada a consumo ou a ativo fixo.**
- (D) a saída de mercadoria, de estabelecimento de contribuinte, com destino a outro estabelecimento do mesmo titular.
- (E) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.

GABARITO COMENTADO

- A Lei Complementar 87/96 não contempla, em seus arts. 2º e 12, a situação descrita na alternativa c) como fato gerador do ICMS, atendendo, daí, ao enunciado da questão.

- Nas demais alternativas, têm-se hipóteses de incidência do ICMS contempladas na Lei Complementar 87/96, arts.: a) 12, XIII; b) 2º, § 1º, II; d) 12, I; e) 2º, IV.



QUESTÃO: 24

24. Com relação às operações com sucata, fragmento, retalho ou resíduo de materiais e com lingotes e tarugos de metais não-ferrosos e couro curtido, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) **Nas operações com sucata ou resíduo, há diferimento do ICMS nas internas (dentro do Estado do Rio de Janeiro) e substituição tributária (progressiva), no caso de remessa para outra unidade federada.**
- (B) Sucata ou resíduo é a mercadoria que se tornar definitiva e totalmente inservível para o uso a que se destinava originalmente, somente se prestando ao emprego, como matéria-prima, na fabricação de outro produto.
- (C) Nas saídas de couro e pele em estado fresco, salmourado ou salgado, de produto gorduroso não comestível de origem animal, inclusive sebo e osso, chifre e casco, destinadas à outra unidade da Federação, obriga-se o remetente a recolher o ICMS antes de iniciada a remessa, mediante DARJ em separado.
- (D) Nas operações interestaduais com sucata ou resíduo realizadas entre contribuintes, poderá ser autorizado, mediante concessão de regime especial, a requerimento do interessado, o pagamento do ICMS devido numa única quota mensal, englobando todas as operações que, no período, o remetente efetuar para um mesmo destinatário.
- (E) Nas operações internas com sucata ou resíduo (dentro do Estado do Rio de Janeiro), o estabelecimento industrial que a adquirir para utilização como matéria-prima no processo fabril, obriga-se ao pagamento do ICMS devido, independentemente do resultado do confronto entre débitos e créditos referentes às demais operações do período, podendo utilizar os saldos credores acumulados para a compensação do débito gerado em razão da entrada de sucata em geral.

GABARITO COMENTADO

- Nas operações internas com sucata ou resíduo, o art. 1º, do Livro XII do RICMS prescreve a aplicação de diferimento, e não de substituição tributária progressiva (para frente). Logo, a alternativa a) responde ao enunciado da questão.

- As demais alternativas, por registrarem corretas afirmações relativas ao tema, escapam da questão. Assim, cf. o RICMS, Livro XII, arts.: b) 1º, § 2º; c) 10; d) 8º; e) 3º e Notas 1 e 2).

**QUESTÃO: 25**

25. Sociedade empresarial localizada no Estado do Rio de Janeiro, com atividade de indústria, realizou, no mês de novembro de 2008, as operações abaixo descritas.

- I Aquisição de matéria-prima (provida do Estado do Espírito Santo): R\$ 100.000,00
- II Aquisição de um bem destinado ao ativo permanente (vendedor localizado no Estado do Rio de Janeiro): R\$ 10.000,00
- III Aquisição de bens de consumo (vendedor localizado no Estado do Rio de Janeiro): R\$ 5.000,00
- IV Aquisição de embalagem (no Estado do Rio de Janeiro), confeccionada por encomenda e com identificação do encomendante, mediante composição gráfica: R\$ 1.000,00
- V Venda de produtos destinados a comerciantes localizados em Fortaleza/CE: R\$ 80.000,00
- VI Venda de produtos destinados à Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC: R\$ 60.000,00
- VII Transferência de produtos fabricados para estabelecimento da própria sociedade empresarial, localizado no Estado do Rio de Janeiro: R\$ 50.000,00 (equivalente ao preço médio praticado nas vendas a outros contribuintes)
- VIII Integração ao ativo permanente de mercadoria produzida pela própria sociedade empresária: R\$ 4.000,00
- IX Exportação para o exterior de produtos fabricados: R\$ 100.000,00
- X Valor do ICMS creditado na aquisição das matérias-primas e produtos intermediários utilizados na fabricação das mercadorias integradas ao ativo permanente (VIII): R\$ 400,00 e, nas destinadas à exportação (IX): R\$ 7.000,00

Observações:

- 1. Nas operações internas, aplicou-se a alíquota normal básica do imposto, além de não se haver considerado o adicional ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais.
- 2. Não se cogitou da questão relativa à integração, ou não, do IPI à base de cálculo do ICMS.
- 3. Nenhuma regra de isenção alcança as operações (entradas e saídas).
- 4. Computou-se o valor de R\$ 5.500,00 como saldo credor do imposto relativo ao confronto do período de outubro de 2008.

Ao final daquele período, a referida sociedade empresarial efetivou o confronto entre créditos e débitos do ICMS, no qual apurou o saldo indicado em uma das alternativas que se seguem. Assinale-a.

- (A) saldo credor de R\$ 317,50
- (B) saldo devedor de R\$ 8.082,50**
- (C) saldo devedor de R\$ 6.320,00
- (D) saldo credor de R\$ 1.200,00
- (E) saldo devedor de R\$ 4.337,50

GABARITO COMENTADO

- A questão requer se efetive o confronto entre créditos e débitos do ICMS no período indicado. Apenas com os dados e cifras indicados na alternativa a) alcança-se o resultado expresso no enunciado. Assim:

ITEM	VALOR DA OPERAÇÃO	ICMS / Crédito	ICMS / Débito	SALDO
I	100.000,00	12.000,00		
II	10.000,00	37,50		
III	5.000,00	-0-		
IV	1.000,00	180,00		
	Saldo / confronto de outubro/2008	5.500,00		
V	80.000,00		5.600,00	
VI	60.000,00		10.800,00	
VII	50.000,00		9.000,00	
VIII	4.000,00		-0-	
IX	100.000,00		-0-	
X	---		400,00	
	SOMA.....	17.717,50	25.800,00	8.082,50

- Base legal - Lei 2.657/96: I- 33, § 2º e 14, III, b; / II- 33, §§ 2º e 7º, e 14, I; / III- 33, § 2º e 83, I; / IV- 33, § 2º e 14, I; / V- 33, § 1º e 14, III, a; / VI- 33, § 1º e 14, II; / VII- 3º, I; 33, § 1º e 14, I; / VIII- 3º, I; / IX- 40, II; / X- 37, § 8º e RICMS, Livro I, art. 37, § 2º.

- O gabarito da questão é a alternativa b).



QUESTÃO: 26

26. Com relação aos regimes especiais para cumprimento de obrigações acessórias pelo contribuinte, analise as afirmativas a seguir:

- I. O recurso contra ato que indeferir o pedido de regime especial, a ser formalizado no prazo de 30 dias contado da ciência, é decidido pela Coordenação de Tributação.
- II. O regime especial pode ser cassado ou alterado, a qualquer tempo, pela autoridade que tiver competência para conceder o benefício.
- III. O recurso contra ato que indeferir, cassar ou alterar regime especial tem efeito suspensivo.
- IV. O estabelecimento que deverá apresentar o pedido de concessão de regime especial é o estabelecimento único ou principal neste Estado

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.**
- (D) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

- Para concluir-se acerca da correção ou incorreção do contido nas afirmativas, basta examinar os artigos à frente enumerados, do RICMS: IV- Livro VI, 219; I; II - Livro VI, 227; III - Livro VI, 230, p. único.

- A alternativa adequada é a expressa em c), pois, de fato, erradas se apresentam as afirmativas I (a autoridade competente é o "Superintendente Estadual de Tributação") e III ("a apresentação do recurso não tem efeito suspensivo").



QUESTÃO: 27

27. A respeito da norma concessiva de isenção de ICMS expressa, unilateralmente, na Constituição do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) É válida, apenas no caso de a Constituição Estadual haver sido editada após a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- (B) Não é válida, pois a concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS exigem lei complementar.
- (C) É válida, pois as Constituições estaduais ganham, em hierarquia, das leis complementares e das leis ordinárias.
- (D) Não é válida, pois a concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS decorrem obrigatoriamente de deliberação dos Estados e do Distrito Federal.**
- (E) Não é válida, salvo se a norma concessiva de isenção do ICMS constar do texto originário da Constituição Estadual.

GABARITO COMENTADO

- A alternativa d) é a única aceitável, ex vi do disposto na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, art. 199, § 11, VII, que repete o preceituado na Constituição Federal (art. 155, § 2º, XII, g). As demais alternativas contêm afirmações falsas, em confronto com as antes mencionadas disposições constitucionais.



QUESTÃO: 28

28. Com relação ao Fiscal de Rendas da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, no exercício de sua função, assinale a alternativa correta.

- (A) **É a autoridade competente para a fiscalização do ICMS e das receitas não-tributárias decorrentes da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural.**
- (B) Tem livre acesso a qualquer local em que deva exercer a fiscalização do imposto, bastando a apresentação de sua carteira funcional e do despacho da autoridade que determinou a sua realização.
- (C) Pode requisitar diretamente o auxílio da autoridade policial, apenas na hipótese de ser alvo do crime de desacato por representante do contribuinte ou quando necessária a efetivação de medida acauteladora de interesse do fisco.
- (D) É a autoridade competente para efetivar arbitramento do montante das operações ou das prestações tributáveis, devendo calcular o ICMS, no caso de ser conhecido somente o valor das saídas havidas no período, com base naquele valor e considerando-se crédito de 50% (cinquenta por cento) do mesmo.
- (E) Não pode retirar livros e documentos do contribuinte do local onde se encontrarem, exceto para constituir prova de infração à legislação, expedindo, neste caso, o competente termo de apreensão.

GABARITO COMENTADO

- Com base no art. 72 da Lei 2.657/96 e art. 21 da Lei 5.139/07, correta se apresenta a afirmativa em a). As demais alternativas contêm erros: b) Lei 2.657/96, art. 73 (basta a apresentação da identidade funcional); c) Lei 2.657/96, art. 73 (situação aplicável também frente a mero embaraço à ação fiscalizadora, sem configuração de crime); d) Lei 2.657/96, art. 75, §§ 2º e 4º (é de considerar-se crédito o correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor das saídas apuradas, e não 50%); e) RICMS, Livro XVI, art. 8º (pode sim, para verificação fiscal) e 10 (no caso de apreensão, cabe auto de apreensão, e não termo).



QUESTÃO: 29

29. Assinale a alternativa que indique a operação comercial em que a alíquota do ICMS é menor que 7% (sem considerar o adicional destinado ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais).

(A) Operação interna, em hipótese alguma, por expressa norma constitucional proibitiva.

(B) Operação com material ou equipamento especializado

para pessoas portadoras de deficiência física e medicamentos para os doentes renais crônicos e transplantados.

(C) Operação com arroz e feijão.

(D) Operação com gás natural veicular (GNV) e óleo diesel, quando consumidos no transporte de passageiros por ônibus urbano, bem como no transporte de passageiros do sistema hidroviário (aquaviário).

(E) Operação com energia elétrica, até o consumo de 300 quilowatts/hora mensais.

GABARITO COMENTADO

- A alternativa d) é a correta, bastando ver a Lei 2.657/96, art. 14, XXV e XIII, b. As demais enumeram situações em que se aplicam alíquotas do ICMS igual ou superiores a 7% (sete por cento), cf. a Lei 2.657/96, art. 14: b) inc. XVI = 7%; c) inc. X = 12%; e) VI, a: 18%. Tocante à alternativa a), o erro está em que as alíquotas internas podem ser inferiores à interestadual (7%), se assim deliberarem os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio (Constituição do Estado do Rio de Janeiro, art. 199, § 7º, que transcreve o art. 155, § 2º, VI da Constituição Federal.).



QUESTÃO: 30

30. Segundo a Lei 2657/96, “o ICMS não incide sobre operação de fornecimento de medicamento e refeição, por hospital,...”

Assinale a alternativa que complete incorretamente a hipótese de não incidência indicada no texto acima:

- (A) **no próprio recinto ou, excepcionalmente, quanto aos medicamentos, no domicílio do paciente.**
- (B) sob orientação médica.
- (C) ao paciente, extensivo ao acompanhante.
- (D) desde que seus valores se incluam na respectiva conta de prestação de serviço.
- (E) casa de saúde e de recuperação ou repouso.

GABARITO COMENTADO

- Atende ao enunciado a alternativa a), pois a norma legal (Lei 2.657/96, art. 40, XIX) refere-se apenas ao fornecimento no próprio recinto do hospital, sanatório...

- Todas as demais alternativas completam corretamente o enunciado, segundo o dispositivo legal acima mencionado; logo não se adequam ao exposto no enunciado da questão.



QUESTÃO: 31

31. Com relação à prestação de serviço de televisão por assinatura, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Incide o ICMS, que, opcionalmente, é apurado pela aplicação da alíquota vigente sobre uma base de cálculo reduzida, de forma que a carga tributária efetiva resulte no percentual de 10% (dez por cento).
- (B) A opção pela base de cálculo reduzida deve ser feita para cada ano civil (mediante comunicação à repartição fiscal de circunscrição) e veda o aproveitamento de qualquer crédito fiscal.
- (C) Incide o ICMS, e o contribuinte obriga-se a incluir, na base de cálculo do imposto, os valores correspondentes a serviços prestados de acesso, adesão, ativação, habilitação, outros suplementares e facilidades adicionais, independentemente da denominação que lhes seja dada.
- (D) Incide o ICMS, e as empresas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, que optarem pela redução da base de cálculo, podem se debitar do imposto pela aplicação direta da alíquota efetiva sobre o valor da assinatura.
- (E) **As empresas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, que optarem pela redução da base de cálculo, ficam dispensadas de emitir Nota Fiscal de Serviço de Comunicação, modelo 21.**

GABARITO COMENTADO

- Quatro são as afirmativas corretas, cf. RICMS, Livro X:a) - art. 1º; b) - art. 1º, §§ 1º e 5º; c) - arts. 2º, p. único e 26; d) - art. 2º.

- A afirmativa e) está incorreta, pois, segundo o art. 3º, do Livro X do RICMS, obriga-se o contribuinte optante do benefício da redução da base de cálculo a emitir o documento fiscal em referência.



QUESTÃO: 32

32. Podem ser utilizados para fins de aquisição de insumos os saldos credores acumulados:

- (A) decorrentes de operação ou prestação com alíquota diferenciada, no caso de a norma que concede o benefício autorize, expressamente, a manutenção integral do crédito do imposto, pelo próprio ou por outro estabelecimento do detentor, ou por terceiros.
- (B) decorrentes de importação, pelo próprio ou por outro estabelecimento do detentor.
- (C) decorrentes de operação ou prestação efetuada com redução da base de cálculo, no limite de 30% do valor total da respectiva operação, apenas pelo próprio estabelecimento detentor.
- (D) decorrentes de exportação, pelo próprio ou por outro estabelecimento do detentor ou por terceiros.**
- (E) decorrentes de exportação, por estabelecimento da mesma empresa, ou de outra, em retransferência, inclusive para o de origem.

GABARITO COMENTADO

- A alternativa que completa acertadamente o enunciado da questão é d), conforme expresso no art. 6º, IV, do Livro III do RICMS.

- Todas as demais alternativas contêm erros: b) não há crédito acumulado relativo à importação (RICMS, Livro III, arts. 3º e 13); c) o engano está na limitação de 30% do valor total da respectiva operação, quando o correto é de 40% (RICMS, Livro III, arts. 13 e 14, § 1º); a) o disposto no p. único do art. 13, do Livro III do RICMS (norma que concede o benefício expressamente autorize a manutenção do crédito), não se aplica aos casos de crédito acumulado decorrente de operação com alíquota diferenciada; e) vedação expressa no RICMS, Livro III, art. 5º, § 2º, 2 (retransferência proibida).



QUESTÃO: 33

33. Designa-se Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro:

- (A) a Lei Complementar nº 87/96.
- (B) a Lei nº 2.657/96.
- (C) o Decreto-lei nº 5/75.**
- (D) o Decreto nº 27.427/2000.
- (E) a Lei nº 2.877/97.

GABARITO COMENTADO

- Certa é a alternativa a), c). art. 1º do Decreto-lei 5/75 (e sua ementa).



QUESTÃO: 34

34. A sociedade empresarial "A" adquiriu um bem destinado ao seu ativo permanente, em junho de 2000, tendo apropriado regularmente o respectivo crédito do ICMS.

Com relação ao creditamento em referência, assinale a alternativa correta.

- (A) O valor do crédito foi apropriado imediata e integralmente pelo valor destacado no documento fiscal relativo à aquisição, tendo sido estornado o montante correspondente a 20% por ano até completar 5 (cinco) anos, porquanto a sociedade empresarial "A" alienou o bem antes de findo o quinquênio.
- (B) O valor do crédito foi apropriado parceladamente e na proporção da vida útil do bem adquirido, durante cinco anos, tendo sido a primeira parcela no mês de sua aquisição.**
- (C) O valor do crédito foi apropriado em 20 (vinte) parcelas iguais e consecutivas, tendo a sociedade empresarial "A" cancelado o saldo remanescente ao fim daquele período.
- (D) O valor do crédito foi apropriado proporcionalmente à vida útil do bem adquirido, pelo valor destacado no documento fiscal relativo à aquisição, inexistindo qualquer obrigatoriedade de estorno posterior.
- (E) O valor do crédito foi apropriado em parcelas mensais, durante os três anos seguintes ao da aquisição do bem, tendo sido estornado o montante correspondente à utilização do bem na produção de mercadorias cujas saídas foram alcançadas por isenção e diferimento do ICMS.

GABARITO COMENTADO

- No RICMS, Livro I, art. 62, inc. II, item 1, está o fundamento para afirmar-se correta a alternativa b). As demais apresentam erro: a) a apropriação só poderia ter sido em parcelas, e não imediata e integralmente (dispositivo antes citado); c) a quantidade mínima de parcelas era 24 (idem); d) obrigava-se o contribuinte a estornar os créditos na hipótese de utilização dos bens do ativo para produção de mercadorias cuja saída era isenta (art. 62, I, 2); e) o erro aqui está na indicação de "diferimento" (idem, atrás).



QUESTÃO: 35

35. Com relação à base de cálculo do ICMS, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Fornecimento de alimentação e bebida em bares, restaurantes e estabelecimentos similares. Base de cálculo = valor total da operação (fornecimento e serviços).
- (B) Fornecimento de mudas de plantas pelo prestador de serviço de florestamento e reflorestamento. Base de cálculo = preço corrente da mercadoria fornecida.**
- (C) Mercadoria constante do estoque final, na data do encerramento da atividade do estabelecimento. Base de cálculo = valor do custo de aquisição mais recente, acrescido de 50% (cinquenta por cento).
- (D) Importação de mercadorias. Base de cálculo = soma das seguintes parcelas: valor das mercadorias + valor do imposto de importação e do IPI + imposto sobre operação de câmbio + quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras, assim entendidos os valores pagos ou devidos à repartição alfandegária até o momento do desembaraço da mercadoria.
- (E) Entrada no território do estado do Rio de Janeiro de petróleo, inclusive combustíveis e lubrificantes, destinado ao consumo pelo comprador, decorrente de operações interestaduais. Base de cálculo = valor da operação de que decorrer a entrada.

GABARITO COMENTADO

- Adequa-se ao enunciado da questão a alternativa b), pois, não sendo devido o ICMS no fornecimento de mudas pelo prestador do serviço de florestamento e reflorestamento (Lei Complementar 116/03 – Anexo, subitem 7.16), não há cogitar de base de cálculo do imposto estadual.

- As demais alternativas não encerram engano, bastando o exame dos dispositivos da Lei 2.657/96, art. 4º: a) inc. III; c) inc. XII; d) inc. V; e) inc. XI.



QUESTÃO: 36

36. Não integram a base de cálculo do ICMS os valores correspondentes:

- (A) ao montante do próprio imposto (ICMS) e também do IPI relativo a produto destinado à industrialização ou à comercialização, em operação que configure fato gerador de ambos os impostos.
- (B) a seguro, juro e qualquer importância paga, recebida ou debitada.
- (C) aos descontos concedidos sob condição.
- (D) ao frete, quando o transporte for efetuado pelo próprio remetente, ou por sua conta e ordem, e seja cobrado em separado.
- (E) aos encargos financeiros acrescidos ao preço a vista, na venda a crédito e na realizada por sistema de cartão de crédito próprio, efetuadas por estabelecimentos varejistas a consumidor final, sem intervenção de instituição financeira.**

GABARITO COMENTADO

- O contido na alternativa e) completa corretamente o enunciado, à luz do disposto no art. 5º, § 1º da Lei 2.657/96. Nas demais, apontam-se elementos cujos valores integram, necessariamente, a base de cálculo do ICMS, conforme preconiza os arts. 5º, incs. I e II, a / b e 6º.



QUESTÃO: 37

37. O uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) não é obrigatório para:

- (A) o contribuinte, pessoa física ou jurídica, com receita bruta anual superior a R\$ 120.000,00.
- (B) os restaurantes e estabelecimentos similares;
- (C) o estabelecimento de prestação de serviços, em que o tomador seja pessoa jurídica não contribuinte do ICMS;
- (D) o estabelecimento que exerça atividade de venda ou revenda de mercadorias ou bens;
- (E) as empresas de prestação de serviço de transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, quando o bilhete de passagem é emitido por sistema eletrônico de processamento de dados;**

GABARITO COMENTADO

- Responde à questão a alternativa e), conforme disposição inserta no art. 2º, § 3º, 8, do Livro VIII, do RICMS, na medida em que a empresa lá citada não é alcançada pela obrigatoriedade do uso de ECF. Todos os estabelecimentos mencionados nas demais alternativas o são, segundo determina os artigos 2º, e § 2º, e o artigo 3º, do Livro VIII, do RICMS.



QUESTÃO: 38

38. Com relação à impressão e emissão simultânea de documentos fiscais, analise as afirmativas a seguir:

- I. A utilização do sistema de impressão e emissão simultânea de documentos fiscais depende de concessão de regime especial, salvo se os formulários de segurança forem adquiridos de fabricantes devidamente credenciados junto à COTEP/ICMS.
- II. É condição para uso do sistema de impressão e emissão simultânea de documentos fiscais o emprego de papel com dispositivos de segurança, denominado formulário de segurança.
- III. Entende-se como impressão e emissão simultânea a impressão do formulário ao mesmo tempo em que é emitido o correspondente documento fiscal por meio de computador e impressora de não impacto, usando papel em branco.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.**
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

- Apenas a alternativa a) responde a questão, eis que as afirmativas II, III apresentam-se corretas; a I está incorreta, em razão de o art. 32, do Livro VII do RICMS, exigir a concessão de regime especial, sem qualquer exceção.

- o RICMS: II - Livro VII: I- art. 32, § 3º; III - art. 31, § único.



QUESTÃO: 39

39. Assinale a alternativa que indique o livro destinado aos contribuintes que estão sujeitos apenas à legislação do ICMS e a correta referência ao respectivo prazo de escrituração.

- (A) Livro de Registro de Inventário, modelo 7 / a escrituração pode atrasar-se por 60 (sessenta) dias, contados da data do balanço, ou do último dia do ano civil, se a empresa não mantiver escrita contábil.
- (B) Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque, modelo 3 / a escrituração pode atrasar-se por 15 (quinze) dias.
- (C) Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC) / a escrituração pode atrasar-se por até 15 (quinze) dias.
- (D) Livro de Registro de Saídas, modelo 2-A / a escrituração pode atrasar-se por até 5 (cinco) dias.**
- (E) Livro de Registro de Entradas, modelo 1 / a escrituração pode atrasar-se por 5 (cinco) dias.

GABARITO COMENTADO

- O RICMS, Livro VI, arts. 83, § 2º e 75, § 4º, obriga a concluir que a alternativa correta é d), pois o Registro de Saídas, modelo 2-A, é de ser utilizado pelo "contribuinte sujeito, apenas à legislação do ICMS" e sua escrituração "não pode ficar atrasada por mais 5 (cinco) dias".

- As demais alternativas são inaceitáveis, pois: b) o Registro de Controle da Produção e do Estoque é utilizado por estabelecimento industrial, logo contribuinte do ICMS e do IPI (RICMS, Livro VI, arts. 84 e § 1º); c) a escrituração do livro de Movimentação de Combustíveis só pode atrasar-se por 5 (cinco) dias (RICMS, Livro VI, arts. 75, § 4º); a) idem, quanto ao Registro de Inventário; e) o Registro de Entradas, modelo 1, é de ser utilizado pelo "contribuinte sujeito, simultaneamente, às legislações do ICMS e do IPI" (RICMS, Livro VI, arts. 82, § 1º).



QUESTÃO: 40

40. Sociedade empresarial 'X', contribuinte do ICMS, apropriou, durante o exercício de 2008, créditos do imposto relativos a entradas de determinadas mercadorias, os quais foram considerados indevidos pela fiscalização.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os créditos eram referentes a bens destinados ao uso e consumo do estabelecimento.
- II. Os créditos eram referentes a mercadorias que se destinaram à integração ou consumo em processo de industrialização de produtos, cujas saídas resultantes gozam de isenção do ICMS.
- III. Os créditos eram referentes a produtos que se deterioraram ou extraviaram.
- IV. Os créditos eram referentes a operações tributadas (praticadas por Sociedade empresarial 'X'), posteriores a saídas isentas de produtos agropecuários, e correspondiam ao imposto cobrado nas operações anteriores a estas.
- V. Os créditos eram referentes à importação de mercadorias, e a apropriação dos créditos se deu no período de apuração em que ocorreu o recolhimento do imposto incidente, tendo a entrada efetiva das mercadorias ocorrido no período seguinte.

Assinale a quantidade de afirmativas que justifiquem a glosa dos créditos promovida pela fiscalização.

- (A) Uma.
- (B) Duas.
- (C) Três.**
- (D) Quatro.
- (E) Cinco.

GABARITO COMENTADO

- Três afirmativas justificam o estorno do crédito em referência, conclusão que se arrima na Lei 2.657/96, art.: I- 83, inc. I; II- 36, inc. I; III- 37, inc. IV.

- As demais alternativas referem-se a creditamentos válidos e, portanto, não atendem à questão: IV- Lei 2.657/96, art. 36, p. único; V- RICMS, Livro XI, art. 10;



QUESTÃO: 41

41. Assinale a afirmativa que contenha regra atinente à operação realizada fora do estabelecimento.

- (A) O IPI deve ser destacado antecipadamente pelo vendedor por ocasião da venda, e o ICMS deve ser recolhido por ocasião da efetiva saída das mercadorias.
- (B) A Nota Fiscal, emitida para acobertar a saída de mercadoria destinada à realização de operação fora do estabelecimento, tem prazo de validade de 3 (três) dias corridos, quando remetente e destinatário estiverem localizados no mesmo município ou em municípios limítrofes, ou de 5 (cinco) dias, nos demais casos.
- (C) **O contribuinte, na saída da mercadoria, deve emitir nota fiscal, na qual será feita a indicação dos números e respectivas séries e subséries, caso se trate de Nota Fiscal, modelo 1 ou Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, respectivamente, a serem emitidas por ocasião da entrega das mercadorias.**
- (D) Fica dispensada a escrituração, nos livros fiscais, do documento emitido por ocasião da saída das mercadorias, devendo o mesmo ser arquivado em ordem cronológica e mantido no estabelecimento à disposição do Fisco.
- (E) O contribuinte deve manter em seu estabelecimento, à disposição da fiscalização, os talonários de numeração imediatamente anterior à dos que estiverem sendo utilizados.

GABARITO COMENTADO

- A alternativa correta é c), conforme o estatuído no art. 142, do Livro VI do RICMS. As demais contêm erro, em cotejo com disposições do RICMS: b) no art. 143, tem-se o prazo de validade da nota fiscal (“até a data do retorno do vendedor ao estabelecimento emitente”) e não de três ou cinco dias; a) a afirmativa tem a ver com venda à ordem ou para entrega futura, cf. art. 158, § 1º; d) a afirmativa tem a ver com operação realizada por instituição financeira, cf. art. 192, § 2º; e) a afirmativa tem a ver com operação com veículo em concessionária, revendedor, agência e oficina, cf. art. 21, do Livro XII do RICMS.



QUESTÃO: 42

42. O ICMS é devido ao Estado do Rio de Janeiro, na prestação de serviço:

- (A) de transporte, iniciado em município do Estado de São Paulo e dirigido a município do Estado do Rio de Janeiro, de mercadoria destinada à comercialização neste Estado.
- (B) de comunicação, no caso de serviços não medidos, que envolvam localidade de outra unidade da Federação e cujo preço seja cobrado por períodos definidos, cabendo integralmente o imposto ao Estado do Rio de Janeiro.
- (C) de comunicação, se onerosa, prestada ou iniciada no exterior e o destinatário tiver estabelecimento ou domicílio no Estado do Rio de Janeiro.**
- (D) de comunicação ou na operação que destine ao exterior uma mercadoria ou um serviço.
- (E) de transporte de móveis pertencentes à própria empresa transportadora, iniciado em município do Estado do Rio de Janeiro, com destino a município do Estado do Espírito Santo.

GABARITO COMENTADO

- Só na hipótese descrita em c) o ICMS é devido ao estado do Rio de Janeiro, cf. Lei 2.657/96, art. 3º, XI e art. 30, II, 3.

- Nas outras alternativas há erro, pois, segundo a Lei 2.657/96: b) a situação aqui enunciada tem previsão no art. 30, § 3º, segundo o qual “o imposto devido será recolhido em partes iguais para as unidades da Federação onde estiverem localizados o prestador e o tomador”, e não integralmente ao estado do Rio de Janeiro; a) em serviço de transporte, o fato gerador ocorre no início da prestação (arts. 3º, IX e 30, II, 1, a); logo, in casu, o ICMS é devido ao estado de São Paulo; d) a exportação de mercadorias goza de imunidade do ICMS (art. 40, II), pelo que não é devido imposto algum; e) o fato gerador do ICMS é a prestação de serviço de transporte transmunicipal (art. 2º, II), negócio esse que não se cristaliza quando alguém transporta coisas de sua propriedade e em seu próprio favor, não ensejando, nesse passo, a concretização da hipótese de incidência do imposto.



QUESTÃO: 43

43. Com relação à inscrição no Cadastro Estadual, analise as afirmativas a seguir:

- I. O escritório de empresa, com estabelecimento inscrito neste Estado, que adquira mercadoria proveniente de outra unidade da Federação, destinada a consumo ou a ativo fixo, está obrigado à inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica, antes do início de suas atividades.
- II. O estabelecimento de qualquer sociedade empresarial, localizado no estado do Rio de Janeiro, pode obter inscrição facultativa no Cadastro de Pessoa Jurídica.
- III. A inscrição do contribuinte no cadastro (CAD – ICMS) pode ser cancelada, a qualquer momento e sem a garantia ao direito do contraditório e à ampla defesa, em face da inatividade do estabelecimento para a qual foi a mesma obtida.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.**
- (B) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

- A alternativa válida é a), pois as respostas às perguntas formuladas são as seguintes, com base nos dispositivos à frente especificados: I- Correta (Resolução SEF 2.861/97, art. 31, X); II- Incorreta (Resolução SEF 2.861/97, art. 32); III- Incorreta (Resolução SEF 2.861/97, arts. 135, 136 e 149).



QUESTÃO: 44

44. Com relação aos documentos fiscais, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) **O Resumo de Movimento Diário e a Relação de Despachos não são espécies de documentos fiscais a serem utilizados pelos contribuintes.**
- (B) É considerado inidôneo, para todos os efeitos fiscais, o documento fiscal que seja emitido além da data-limite, que é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data do deferimento da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF), em se tratando de Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9.
- (C) O documento fiscal que tiver sido escriturado no livro fiscal próprio, ou que tiver dado trânsito à mercadoria, não pode ser cancelado.
- (D) Quando a operação ou prestação for beneficiada por isenção, ou amparada por imunidade, não incidência, diferimento ou suspensão da incidência do ICMS, ou, ainda, quando o imposto houver sido pago por antecipação, essa circunstância será mencionada em todas as vias do documento fiscal, com indicação do dispositivo pertinente da legislação, ainda que por meio de código.
- (E) O documento fiscal deve ser numerado, por espécie, em todas as vias, em ordem crescente de 1 a 999.999, e enfileirados em blocos uniformes de 20 (vinte), no mínimo, ou de 50 (cinquenta), no máximo.

GABARITO COMENTADO

- Como os documentos citados em a) guardam o caráter de documentos fiscais (cf. RICMS, Livro VI, art. 6º, XXII e Livro IX, art. 83, § 2º, esta é a alternativa que responde a questão.

- As afirmativas inseridas nas outras alternativas não contêm erro, cf. RICMS, Livro VI: b) arts. 24, VI e 27; c) art. 26; d) art. 22; e) art. 13.



QUESTÃO: 45

45. Analise as afirmativas a seguir:

- I. O leiloeiro é responsável pelo pagamento do ICMS incidente na saída de mercadoria ou bem arrematados, quando o imposto não for pago pelo arrematante.
- II. Nos casos de simples alteração de razão social, firma, denominação, local ou atividade, a escrituração continuará nos mesmos livros.
- III. É permitida a utilização de Cupom Fiscal emitido por ECF, na venda para entrega de mercadoria em domicílio, dentro do Estado, devendo dele constar a identificação e o endereço do consumidor, a data e a hora da saída, ainda que no verso do cupom.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.**

GABARITO COMENTADO

- As afirmativas estão corretas: I - segundo a Lei 2.657/96, art. 18, I, o leiloeiro é responsável nesse caso; II - o RICMS, Livro VI, art. 76, confirma o conteúdo dessa afirmativa; III - tem-se a confirmação do exposto nessa afirmativa no RICMS, Livro VIII, arts. 93 e Livro VI, art. 46, §§ 2º e 3º.



QUESTÃO: 46

46. Com relação à Taxa Judiciária, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em mandado de segurança, é devida a Taxa Judiciária, a menos que ele seja preventivo.
- (B) Em processo de desapropriação, a Taxa Judiciária é devida sobre o valor venal do imóvel respectivo.
- (C) A Taxa Judiciária, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na lei, é calculada mediante a aplicação da alíquota de 2% sobre o valor do pedido.**
- (D) A fiscalização da Taxa Judiciária será exercida pelos representantes do Ministério Público.
- (E) Nas execuções fiscais, a Taxa Judiciária será de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do débito, na data de sua liquidação.

GABARITO COMENTADO

- Há quatro afirmativas incorretas: a) - É devida a Taxa Judiciária mesmo nos mandados preventivos (cf. art. 126 do Decreto-lei 5/75); b) - Em processo de desapropriação, a Taxa Judiciária é devida sobre a diferença entre o valor pleiteado pelo réu e o fixado na decisão final (cf. art. 122 do Decreto-lei 5/75); d) - A fiscalização da Taxa Judiciária é exercida pela Secretaria de Estado de Fazenda (cf. art. 146 do Decreto-lei 5/75); e) - Nas execuções fiscais, a Taxa Judiciária é de 4%, e não de 5% (cf. art. 132 do Decreto-lei 5/75).

- Corretas a afirmativa c) (cf. art. 118 do Decreto-lei 5/75).



QUESTÃO: 47

47. Com relação à substituição tributária, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na substituição tributária para frente, resta obedecido o princípio da não-cumulatividade.
- II. A base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária é, caso exista, o preço final ao consumidor sugerido pelo fabricante ou importador.
- III. O regime de substituição tributária não se aplica à transferência para outro estabelecimento, inclusive varejista, do sujeito passivo por substituição.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.**
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

- A alternativa b) é a adequada, pois as afirmativas I e II estão corretas, bastando ver a Lei 2.657/96, para a afirmativa I o artigo 26 e para a II, o artigo 24 § 4º.

- Já a afirmativa III apresenta erro porque não é “inclusive varejista”, mas sim “exceto varejista” (Lei 2.657/96, art. 29, II).



QUESTÃO: 48

48. Segundo a Lei nº 2.877/97, com relação a um veículo novo adquirido em 20 de abril de 2009 e a um veículo usado (ano de fabricação: 2000) sinistrado em 25 de maio de 2009 (perda total), é correto afirmar, respectivamente, que:

- (A) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor correspondente a 9/12 do IPVA/2009 / não tem direito à devolução alguma (veículo sinistrado), pois o IPVA/2009 foi pago anteriormente ao sinistro.
- (B) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor correspondente a 9/12 do IPVA/2009 / tem direito à devolução (veículo sinistrado), tenha ou não pagado integralmente o IPVA/2009.
- (C) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor correspondente a 9/12 do IPVA/2009 apenas no caso de tratar-se de importação de veículo / não tem direito à restituição, pois o fato gerador do imposto ocorreu em 1º de janeiro de 2009.
- (D) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor integral do IPVA/2009, no caso de ser consumidor final / não tem direito à restituição, pois o fato gerador do imposto ocorreu depois de 1º de janeiro de 2009.
- (E) o proprietário obriga-se ao pagamento do valor integral do IPVA/2009, no caso de ser pessoa jurídica / tem direito à restituição total se pagou o IPVA/2009 integralmente e no prazo legal.

GABARITO COMENTADO

- O art. 12, incs. I e II e o art. 13 não deixam dúvida de que a alternativa correta é a).

- Os erros encontrados nas demais alternativas, segundo as disposições legais acima referidas, são: b) se o IPVA fora pago antes do sinistro, não há direito à restituição; c) as explicações para o pagamento e a restituição não batem com os dispositivos legais; d) se o veículo é novo, o pagamento é em duodécimos que faltam para terminar o ano, e não integral; e) idem, anterior.



QUESTÃO: 49

49. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Os contribuintes substitutos tributários em caráter permanente, localizados no Estado do Rio de Janeiro, devem elaborar e apresentar a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS – Substituição Tributária (GIA-ST) à repartição fiscal de sua circunscrição.
- II. Estão desobrigados da entrega da Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA-ICMS) os estabelecimentos de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional.
- III. A Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária (GIA-ST) deve ser elaborada e entregue mensalmente, ainda que não tenham ocorrido operações sujeitas à substituição tributária em favor do Estado do Rio de Janeiro.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.**
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

- A alternativa a marcar é d), pois as respostas às perguntas formuladas são as seguintes, com base nos dispositivos à frente especificados: I- Incorreta (RICMS, Livro II, art. 22, III, 2 e Resolução SEF 6351/01, art. 1º); II- Correta (Resolução SEF 6410/02, art. 2º, § 1º, 1); III - Correta (Resolução SEF 6351/01, art. 3º, § 2º).



QUESTÃO: 50

50. O desembaraço aduaneiro de certa mercadoria deu-se no Estado de São Paulo, o estabelecimento importador situa-se no Estado do Rio de Janeiro e os produtos foram entregues diretamente a uma terceira empresa localizada no Estado de Minas Gerais.

O ICMS devido pela importação, segundo a Lei Complementar nº. 87/96, cabe:

- (A) a nenhum dos três Estados, pois não incide o ICMS na espécie, por tratar-se de mercadoria destinada ao ativo permanente do importador.
- (B) ao Estado de São Paulo, pois foi onde ocorreu o desembaraço da mercadoria importada.
- (C) ao Estado do Rio de Janeiro, pois é onde se encontra o estabelecimento importador.
- (D) metade do valor ao Estado do Rio de Janeiro e a outra metade ao Estado de Minas Gerais.
- (E) ao Estado de Minas Gerais, pois foi onde ocorreu a entrada física da mercadoria.**

GABARITO COMENTADO

- Correta a alternativa e), ex vi do art. 11, inc. I, d, da Lei Complementar 87/96.

- Inexiste na lei complementar qualquer dispositivo em que se possa apoiar resposta positiva quanto às alternativas b), c) e d). Tocante à a), seu conteúdo é erradio, face ao constante no art. 2º, § 1º, inc. I da citada lei (incide o ICMS sobre mercadorias e bens importados, "qualquer que seja a sua finalidade").



QUESTÃO: 51

51. Considere os serviços de transporte discriminados a seguir:

- I. transporte alternativo.
- II. transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiro.
- III. transporte ferroviário de passageiro.

Numere os parênteses de acordo com os serviços de transporte apresentados acima.

- () O ICMS é devido por estimativa, mediante a aplicação da alíquota de 5% sobre o valor da prestação do serviço, acrescido de todos os encargos relacionados com a sua utilização.
- () O ICMS é devido por estimativa mensal de valor fixo (em substituição ao regime normal de apuração do ICMS), aplicada por veículo e por mês.
- () O Poder Executivo é autorizado a subsidiar a concessão do serviço, na forma do que dispuser o Edital, a proposta vencedora, o contrato de concessão e as leis orçamentárias anuais.
- () Segundo a Lei n. 3.473/2000, o serviço é regulamentado por ato do Poder Executivo.
- () A empresa prestadora fica dispensada do cumprimento das obrigações acessórias do ICMS, exceto com relação à inscrição, à entrega da declaração destinada à apuração dos índices de participação dos municípios e demais documentos de interesse econômico-fiscal.

Assinale a alternativa que corresponde, de cima para baixo, à correta ordem numérica.

- (A) III, II, III, I e III.
- (B) III, III, II, I e II.
- (C) II, III, III, II e III.
- (D) II, II, III, III e I.
- (E) I, II, III, I e II.

GABARITO COMENTADO

- As 1ª, 3ª e 5ª afirmativas dizem respeito à prestação de serviço de transporte ferroviário (III), com fundamento na Lei 2.869/97, arts. 22, 2º § 3º e 22, § 3º, nessa ordem.

- A 2ª afirmativa vincula-se à prestação de serviço de transporte coletivo rodoviário de passageiro (II), como se vê na Lei 2.778/97, art. 1º, I.

- Já a 4ª afirmativa refere-se à prestação de serviço de transporte alternativo (I), como posto na Lei 3.473/2000, art. 2º.

- Daí, a resposta correta da questão está em a).



QUESTÃO: 52

52. Com relação à Taxa de Serviços Estaduais (TSE), assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O não-pagamento, total ou parcial, da TSE, sujeita o infrator à multa correspondente a 100% (cem por cento) do valor do tributo não pago.
- (B) É devida a TSE pelo contribuinte autuado, quando da apresentação de defesa a auto de infração, como também de recurso à segunda instância administrativa.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações são isentos do pagamento da TSE, desde que, em suas legislações, dispensem ao Estado do Rio de Janeiro e suas autarquias e fundações o mesmo tratamento tributário.
- (D) A lei instituidora da TSE exclui da incidência do tributo a expedição de 2ª via da carteira de identidade.**
- (E) A TSE tem que ser paga antes da ocorrência do fato gerador.

GABARITO COMENTADO

- De anotar a alternativa d), pois incorreta a afirmação de que há norma legal excluindo a incidência da TSE no caso lá apontado (cf. art. 105 do Decreto-lei 5/75).

- As demais alternativas não atinam com o enunciado da questão, pois contêm afirmações corretas: b) art. 70 e 121, § 2º do Decreto 2.473/79; c) art. 106, p. único, II, do Decreto-lei 5/75; a) art. 110 Decreto-lei 5/75; e) art. 108 do Decreto-lei 5/75.



QUESTÃO: 53

53. Com relação ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FCPDS), assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O FCPDS tem previsão original no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta de 1988.
- (B) O adicional de um ponto percentual à alíquota do ICMS para cálculo do montante a financiar o FCPDS vigorará até 31 de dezembro de 2010, inclusive os quatro pontos percentuais aplicáveis, quando se trata de operação com energia elétrica e de prestação de serviços de comunicação.
- (C) **As doações, de qualquer natureza, por pessoa física ou jurídica, desde que contribuinte do imposto, além da incidência do adicional de um ou quatro pontos percentuais à alíquota do ICMS, compõem o FCPDS.**
- (D) O adicional de pontos percentuais à alíquota do ICMS destinado ao FCPDS não incidirá sobre as atividades inerentes às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas de pequeno porte, bem assim sobre gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha) e sobre consumo residencial de telefonia fixa até o valor de uma vez e meia a tarifa básica.
- (E) Os recursos do FCPDS devem ser aplicados, prioritariamente, nas ações de política de planejamento familiar, em programas de educação sexual e urbanização de morros e favelas.

GABARITO COMENTADO

- A alternativa incorreta é c) (Lei 4.056/02, art. 2º, III). Conforme disposições da Lei 4.056/02 à frente apontadas, as afirmativas a) - Lei 4.056/02, art. 1º; b) - Lei 4.056/02, art. 1º e Lei Complementar 115/06; d) - Lei 4.056/02, art. 2º, § 2º e art. 2º, I, d/g; e) - Lei 4.056/02, art. 3º, VII e VIII, estão corretas.



QUESTÃO: 54

54. Analise as afirmativas a seguir:

- I. O valor do ICMS devido mensalmente pelas microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, é calculado mediante a aplicação de alíquotas reduzidas definidas em lei estadual.
- II. Considera-se microempresa, para fins de enquadramento no Simples Nacional, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00.
- III. A microempresa e a empresa de pequeno porte, incluídas no Simples Nacional, ficam desobrigadas de pagar o ICMS incidente na entrada de mercadoria ou bem que importe do exterior .

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.**
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

- A alternativa válida é b), pois as respostas às perguntas formuladas são as seguintes, com base nos dispositivos à frente especificados: I- Incorreta (Lei Complementar 123/06, art. 18); II- Correta (Lei Complementar 123/06, art. 3º, I); III- Incorreta (Lei Complementar 123/06, art. 13, § 1º, XIII).



QUESTÃO: 55

55. O Fiscal de Rendas, no caso de o contribuinte recolher, sem qualquer acréscimo, saldo devedor do ICMS cujo prazo de pagamento se esgotara antes do início da ação fiscal, deverá ...

Assinale a alternativa que complementa o texto acima.

- (A) lavrar o competente auto de infração para exigir o valor do imposto mais os acréscimos moratórios.
- (B) lavrar o competente auto de infração para exigir os valores dos acréscimos moratórios não recolhidos pelo contribuinte e da atualização monetária (porventura devida), sujeitos ambos aos acréscimos moratórios, bem como à multa pelo não-recolhimento do imposto no prazo regulamentar.**
- (C) lavrar a competente nota de lançamento para exigir apenas o valor da correção monetária e dos acréscimos moratórios.
- (D) lavrar o competente auto de infração para exigir tão-somente o valor dos acréscimos moratórios não recolhidos pelo contribuinte, calculados do dia do vencimento do débito até a data do pagamento efetuado pelo contribuinte.
- (E) lavrar o competente auto de infração para exigir o valor do imposto, devidamente atualizado pela UFIR-RJ, mais os acréscimos moratórios e a penalidade aplicável.

GABARITO COMENTADO

- Apenas a alternativa b) não contém erro, pois inteiramente afinada com o disposto no art. 66 da Lei 2.657/96 e art. 174 do Decreto-lei 5/75.

- Em todas as demais houve falha, como se percebe frente aos dispositivos à frente alinhados: a) - art. 66 da Lei 2.657/96 e art. 174 do Decreto-lei 5/75; b) - art. 66 da Lei 2.657/96 e art. 93 do Decreto. 2473; d) - art. 66 da Lei 2.657/96 e art. 174 do Decreto-lei 5/75; e) - art. 66 da Lei 2.657/96.



QUESTÃO: 56

56. Com relação às receitas não-tributárias decorrentes da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural, analise as afirmativas que se seguem:

- I. Constituem receita originária do estado do Rio de Janeiro as receitas não tributárias caracterizadas como compensações e participações financeiras constitucio-nalmente previstas.
- II. O pagamento das participações ou das compensações financeiras decorrentes da exploração de recursos hídricos, efetuado espontaneamente, mas fora do prazo legal, deve ter seu valor corrigido monetariamente (UFIR-RJ), acrescido de juros de mora de 1% ao mês de atraso e multa de 10% sobre o montante final apurado.
- III. O lançamento das receitas não tributárias, dos acréscimos ou das penalidades decorrentes de infração à legislação de regência será efetuado por meio de auto de infração ou nota de lançamento.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.**

GABARITO COMENTADO

- A alternativa a marcar é e), pois todas as afirmativas estão corretas, com base na Lei 5.139/07: a afirmativa I (art. 1º, §§ 1º e 3º), a II (art. 12, § 2º) e a III (arts. 23 e 25).



QUESTÃO: 57

57. Com relação ao Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) **Das decisões do Conselho Pleno e das Câmaras isoladas desfavoráveis à Fazenda, cabe recurso para o Secretário de Estado de Fazenda, quando, acordadas por menos de 3/4 (três quartos) de seus membros, for contrária à legislação tributária ou à evidência da prova constante no processo.**
- (B) O Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro é competente para decidir, em instância única, impugnação a auto de infração envolvendo exigência de receita não tributária decorrente da exploração de recursos hídricos e minerais.
- (C) O Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro é composto de 16 (dezesseis) membros denominados Conselheiros, cujo mandato é de 2 (dois) anos, permitida a recondução.
- (D) Compete a uma das Câmaras do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, por livre distribuição, decidir os recursos de ofício interpostos pelas Turmas Julgadoras da Junta de Revisão Fiscal e os recursos voluntários apresentados pelo sujeito passivo, contra decisão da primeira instância administrativa.
- (E) As Câmaras isoladas, em número de 4 (quatro), somente deliberam com a totalidade de seus membros.

GABARITO COMENTADO

- A única afirmativa incorreta está em a), pois a condição “acordadas por menos de $\frac{3}{4}$ (três quartos) de seus membros” aplica-se apenas ao Conselho Pleno, e não às decisões das Câmaras. Aliás, o dispositivo base da resposta – art. 266, II do Decreto-lei 5/75 – admite o recurso ao Secretário da Fazenda, de decisão de Câmara contrária à Fazenda, da qual não caiba recurso ao Conselho Pleno.

- As demais alternativas não se prestam para responder a questão, porquanto contêm afirmações corretas: b) Lei 5.139/07, art. 28; c) Decreto-lei 5/75, arts. 255 e 260; d) Decreto-lei 5/75, arts. 251 e 254; e) Decreto-lei 5/75, art. 265, § 1º.



QUESTÃO: 58

58. O Fiscal de Rendas lavrou, no dia 31 de julho de 2009, sexta-feira, auto de infração face à sociedade empresarial 'A', tendo dado ciência ao contribuinte no mesmo dia e entregue cópia do lançamento ao seu representante legal.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Não será admitida a impugnação que o contribuinte vier a apresentar sem o comprovante do pagamento da Taxa de Serviços Estaduais, apenas no caso de a exigência consubstanciada no auto de infração haver-se gerado frente à ocorrência de sonegação fiscal.
- (B) O débito objeto do auto de infração poderá ser saldado com redução de 15% (quinze por cento) no valor da multa se o contribuinte fizer o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência do julgamento de primeira instância que negou provimento, total ou parcial, à impugnação que ele vier a apresentar.
- (C) No caso de o contribuinte impugnar, no prazo de 30 (trinta) dias, o auto de infração, o respectivo processo, após a juntada da peça defensiva, deverá ser encaminhado ao fiscal autuante, ou seu substituto, para contestação.
- (D) O Fiscal de Rendas dispõe de prazo até 04 de agosto de 2009 para proceder à entrega do auto de infração, na repartição competente.**
- (E) O auto de infração seria nulo se o representante legal do contribuinte tivesse se negado a acusar seu recebimento.

GABARITO COMENTADO

- A resposta da questão está em d), pois a única afirmativa correta é a lá expressa, com fulcro no art. 25, inc. I, item 4 do Decreto 2.473/79, não se devendo esquecer, contudo, do disposto no art. 28, p. único, segundo o qual "os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição".

- Nas demais alternativas, encontram-se erros: a) A TSE é exigida face à impugnação ou recurso administrativo tributário, nada importando o conteúdo do auto de infração, cf. art. 86 do Decreto 2.473/79; b) A redução é de 10% (e não 15%), cf. art. 67, inc. IV da Lei 2.657/96; c) Não, deve ser remetido à Junta de Revisão Fiscal, cf. art. 89 do Decreto 2.473/79; e) A ausência de assinatura do contribuinte não implica a nulidade do auto de infração, cf. art. 48 do Decreto 2.473/79.



QUESTÃO: 59

59. Com relação aos crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, segundo a

Lei nº. 8.137/90, analise as afirmativas a seguir:

- I. Extingue-se a punibilidade quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.
- II. Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a conduta do sujeito passivo de negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal, ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.
- III. Constitui crime contra a ordem econômica vender mercadorias abaixo do preço de custo com o fim de impedir a concorrência.
- IV. Quem, de qualquer modo, inclusive por meio de pessoa jurídica, concorrer para os crimes nela definidos, incide nas penas a estes cominadas, na medida de sua culpabilidade.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.**
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

- De assinalar a alternativa d), pois as afirmativa I está incorreta: não há na Lei 8.137/90 nenhum dispositivo com o conteúdo da afirmativa.

- As demais alternativas não encerram engano: II (cf. art. 1º, V da Lei 8.137/90); III (cf. art. 4º, VI da Lei 8.137/90); IV (cf. art. 11 da Lei 8.137/90).



QUESTÃO: 60

60. Com relação às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), analise as afirmativas que se seguem:

- I. As disposições da LRF obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, aí não compreendidos fundos, autarquias e fundações.
- II. Para os efeitos da LRF, constitui empresa controlada a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- III. Segundo a LRF, é vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- IV. A LRF prevê restrições para a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.**
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

- A afirmativa I está incorreta: os fundos, autarquias e fundações são alcançados pela Lei Complementar 101/2000, cf. reza o art. 1º, §§ 2º e 3º e 3º, I, b.

- As demais alternativas estão corretas: II (cf. art. 2º, II, da Lei Complementar 101/2000); III (cf. art. 5º, § 4º da Lei Complementar 101/2000); IV (cf. art. 14, II da Lei Complementar 101/2000).

- Daí, a resposta adequada para a questão está em d).



DISCIPLINA: CONTABILIDADE GER5AL E DE CUSTOS E AUDITORIA

QUESTÃO: 61

61. A Cia. Ametista apresentou os seguintes saldos referentes ao ano de 2008:

Vendas:	\$1.000.000
Custo das Mercadorias Vendidas:	\$520.000
Despesas Administrativas:	\$90.000
Dividendos:	\$90.000
Devolução de Vendas:	\$60.000
Despesas Financeiras:	\$250.000
Receitas Financeiras:	\$120.000
Abatimentos sobre Vendas:	\$50.000
Reserva de Contingências:	\$30.000
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:	\$40.000

Assinale a alternativa que indique o lucro líquido apresentado pela Cia. Ametista relativo ao ano de 2008.

- (A) \$ 100.000.
- (B) \$ 110.000.
- (C) \$ 160.000.
- (D) \$ 190.000.**
- (E) \$ 80.000.

GABARITO COMENTADO

O lucro líquido deve ser apurado da seguinte forma:

Vendas	1.000.000
devolução de vendas	-60.000
abatimentos	-50.000
vendas brutas	890.000
CMV	-520.000
Lucro bruto	370.000
Desp. Adm.	-90.000
Receitas Financ.	120.000
Desp. Financ.	-250.000
Reversão da provisão	40.000
Lucro Líquido	190.000

**QUESTÃO: 62**

62. A Cia. Topázio apresentou o seguinte Balanço em 31.12.2008:

ATIVO

Disponibilidades	180.000
Clientes	100.000
Seguros Antecipados	20.000
Investimentos – Cia. Alfa	100.000
Equipamentos	200.000
Total	600.000

PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Financiamentos	310.000
Capital Social	290.000
Total	600.000

As seguintes operações ocorreram durante o ano de 2009:

- I. a empresa auferiu receitas de vendas no valor de \$ 600.000, integralmente recebidas.
- II. a empresa incorreu em despesas operacionais no valor de \$ 250.000, que serão pagas no período seguinte.
- III. os equipamentos são depreciados à taxa de 10% ao ano, sem considerar valor residual.
- IV. a Cia. Alfa, em que a Cia. Topázio tem 100% de participação, gerou um lucro de \$10.000.
- V. metade do saldo inicial de caixa foi aplicada gerando um rendimento de 12% durante o ano.
- VI. do saldo de clientes, 90% foram integralmente recebidos.
- VII. compra de um terreno por \$ 40.000 à vista.
- VIII. os financiamentos consumiram encargos de 10% sobre o saldo inicial, que foram pagos no período.
- IX. os seguros antecipados foram 100% apropriados ao resultado do período.

Dado que a empresa reconhece como operacionais as opções existentes no CPC 03, aprovado pelo CFC, assinale a alternativa que indique o valor do caixa gerado pela atividade operacional da empresa durante o ano de 2009.

- (A) \$ 649.800.
(B) \$ 669.800.
(C) \$ 690.000.
(D) \$ 849.800.
(E) \$ 870.000.



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO 2009 – FISCAL DE RENDAS

GABARITO COMENTADO DA PROVA APLICADA NO DIA 02.08.2009

GABARITO COMENTADO

O valor do caixa gerado pela atividade operacional da Cia Topazio em 2009 é o seguinte:

Receitas operacionais	600.000
Rendimento financeiro	10.800
Recebimento de clientes	90.000
Encargos pagos	-31.000
Caixa gerado pela At. Operac.	<u>669.800</u>

O CPC 03 oferece como opção o reconhecimento de pagamento e recebimento de juros como atividade operacional. Como afirmado, a Cia Topazio reconhece esses valores em sua atividade operacional



QUESTÃO: 63

63. A Cia. Rubi efetuou as seguintes operações durante o ano de 2009:

Vendas:	\$100.000
Consumo de materiais adquiridos de terceiros:	\$20.000
Receitas financeiras:	\$8.000
Despesas de aluguel:	\$2.000
Receitas de aluguel:	\$1.000
Pagamento de salários:	\$24.000
Despesa financeira:	\$5.000
Impostos pagos:	\$2.000
Juros sobre capital próprio:	\$10.000
Despesa de depreciação:	\$5.000
Dividendos:	\$2.000
Despesa de seguros:	\$4.000
Serviço de terceiros:	\$12.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa:	\$3.000

Em 31.12.2009, o valor adicionado a distribuir da Cia. Rubi será de:

- (A) \$ 65.000.
- (B) \$ 68.000.
- (C) \$ 63.000.
- (D) \$ 69.000.
- (E) \$ 72.000.

GABARITO COMENTADO

O valor adicionado a distribuir deve ser calculado da seguinte maneira:

Vendas	100.000
pcl	-3.000
materiais consumidos	-20.000
pagto terceiros	-12.000
valor adicionado bruto	<u>65.000</u>
des.depreciação	-5.000
desp. Seguros	-4.000
valor adicionado líquido	<u>56.000</u>
receitas financ.	8.000
receitas aluguel	1.000
valor adicionado a distribuir	<u>65.000</u>

**QUESTÃO: 64**

64. A Cia. Turmalina apresentou os seguintes saldos em 2008:

Aquisição de Matérias Primas:	\$57.000
Saldo Inicial do Inventário de Produtos Acabados:	\$30.000
Consumo de Matérias Primas no período:	\$87.200
Saldo Inicial de Inventário de Produtos em Processo:	\$26.800
Mão de Obra Direta consumida no período:	\$73.200
Custos Indiretos de Fabricação:	\$36.800
Despesas de Propaganda:	\$25.000
Saldo Final do Inventário de Produtos Acabados:	\$21.200
Saldo Final de Inventário de Produtos em Processo:	\$14.400

Assinale a alternativa que indique o valor dos Custos dos Produtos Vendidos, que deverá ser apresentado na Demonstração do Resultado de 2008.

- (A) \$ 108.400.
(B) \$ 188.200.
(C) \$ 218.400.
(D) \$ 243.400.
(E) \$ 213.200.

GABARITO COMENTADO

O valor dos Custos dos Produtos Vendidos apresentado na DRE de 2008 deverá ser calculado da seguinte forma:

Consumo de mat.prima	87.200
Mão de obra direta	73.200
CIF	36.800
	<hr/>
	197.200
El produtos em processo	26.800
EF produtos em processo	-14.400
	<hr/>
Custo dos Pr. Fabricados	209.600
El produtos acabados	30.000
EF produtos acabados	-21.200
	<hr/>
Custo Produtos Vendidos	218.400



QUESTÃO: 65

65. A Cia. Esmeralda apresenta os seguintes saldos referentes ao ano de 2008:

Vendas brutas:	\$90.000
Impostos sobre operações financeiras:	\$10.000
Imposto predial da fábrica:	\$5.000
Comissão de vendas:	\$4.000
Devolução de vendas:	\$2.000
Devolução de compras:	\$6.000
IPI nas compras:	\$20.000
ICMS sobre vendas:	\$20.000
Ajuste a valor presente das Duplicatas a Receber de Clientes:	\$8.000
Ajuste a valor presente de Contas a Pagar:	\$1.000

Considerando que a Cia. Esmeralda não é contribuinte do IPI, mas é contribuinte dos impostos estaduais e municipais, e considerando que a Cia. Esmeralda adota o CPC 12, aprovado pelo CFC, assinale a alternativa que indique

o valor da Receita Líquida apurada em 2008.

- (A) \$ 70.000.
- (B) \$ 56.000.
- (C) \$ 68.000.
- (D) \$ 64.000.
- (E) \$ 60.000.**

GABARITO COMENTADO

A Receita Líquida em 2008 deve ser apurada da seguinte forma:

Vendas brutas	90.000
Devolução vendas	-2.000
ICMS sobre vendas	-20.000
Ajuste VP Clientes	-8.000
Vendas Líquidas	<u>60.000</u>

**QUESTÃO: 66**

66. Em 31/12/2008, a Cia. Itu tinha em seu estoque

8 unidades da mercadoria k, sendo seu estoque avaliado por \$ 640.

Durante o mês de janeiro de 2009, a Cia. Itu realizou as seguintes operações:

I. Compra de 12 unidades de k pelo valor total de \$ 1.020.

O frete de \$ 200 é pago pelo fornecedor.

II. Compra de 15 unidades de k pelo valor total de \$ 1.350.

O frete de \$ 150 é pago pelo comprador.

III. Venda de 25 unidades de k por \$100 cada.

IV. Compra de 10 unidades de k pelo valor total de \$ 850.

O frete de \$ 100 é pago pelo comprador.

V. Venda de 13 unidades de k por \$ 110 cada.

Em 31/01/2009, os valores aproximados de estoque final, de acordo com os métodos PEPS e Custo Médio Ponderado Móvel, foram respectivamente:

(A) \$ 595 e \$ 599.

(B) \$ 595 e \$ 619.

(C) \$ 665 e \$ 649.

(D) \$ 510 e \$ 649.

(E) \$ 510 e \$ 619.

GABARITO COMENTADO

O estoque final deve ser calculado da seguinte forma:

PEPS			
inicial	8	80	640
1. compra	12	85	1020
2. compra	15	100	1500
3. venda	-25	8*80	-640
		12*85	-1020
		5*100	-500
saldo	10	100	1000
4. compra	10	95	950
5. venda	-13	10*100	-1000
		3*95	-285
saldo final	7	95	665

CMPM			
inicial	8	80	640
1. compra	12	85	1020
2. compra	15	100	1500
saldo	35	90,2857	3160
3. venda	-25	90,2857	-2257,14
saldo	10	90,2857	902,86
4. compra	10	95	950
saldo	20	92,64	1852,86
5. venda	-13	92,64	-1204,32
saldo final	7	92,64	649



QUESTÃO: 67

67. No ano de 2008, a Cia. Cotia produziu 248 unidades do produto C a um custo total de \$ 124.000. Considerando o custo unitário variável de \$ 420 e o preço de venda unitário de \$ 580, indique a quantidade do produto C que a empresa deve produzir e vender por ano, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, para que seja alcançado seu Ponto de Equilíbrio Contábil.

- (A) 104 unidades.
- (B) 108 unidades.
- (C) 116 unidades.
- (D) 136 unidades.
- (E) 124 unidades.**

GABARITO COMENTADO

O Ponto de Equilíbrio Contábil deve ser calculado da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \text{Custo unitário total} &= \frac{\$124.000}{248} = 500 \\ \text{Custo fixo unitário} &= 500 - 420 = \$80 \\ \text{Custo fixo total} &= 80 \times 248 = 19.840 \\ \text{margem de contribuição unit.} &= 580 - 420 = 160 \\ \text{Ponto de Equilíbrio Contábil} &= \frac{19.840}{160} = 124 \text{ unidades} \end{aligned}$$



QUESTÃO: 68

68. A Cia. Três Corações abriu seu capital em 2008, por meio de emissão de títulos patrimoniais, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários.

A empresa incorreu em \$ 2.000.000 de custos de transação diretamente atribuíveis à emissão efetuada.

De acordo com o CPC 08, aprovado pelo CFC, esse valor deve ser reconhecido como:

- (A) Despesa Financeira.
- (B) Ativo Intangível.
- (C) Ativo Diferido.
- (D) Redutor do Patrimônio Líquido.**
- (E) Despesa Antecipada.

GABARITO COMENTADO

De acordo com o CPC 08, aprovado pelo CFC, o valor dos gastos necessários para emissão de ações deve ser reconhecido com retificador do patrimônio líquido.



QUESTÃO: 69

69. A Cia. Turquesa realizou as seguintes operações em 2009:

- I. Compra de estoques a prazo: \$ 100.000, tributada pelo ICMS em 18%;
- II. Venda de 80% das unidades compradas. A receita de vendas somou \$ 150.000, a prazo.

Em 31.12.2009, o lucro líquido e o ICMS a recolher serão, respectivamente:

Obs.: considere a alíquota do ICMS em 18% e ignore o IR.

(A) \$ 57.400 e \$ 9.000.

(B) \$ 23.000 e \$ 18.000.

(C) \$ 41.000 e \$ 27.000.

(D) \$ 57.400 e \$ 18.000.

(E) \$ 23.000 e \$ 27.000.

GABARITO COMENTADO

O lucro líquido é calculado da seguinte forma:

Vendas Brutas	150.000
ICMS sobre vendas	-27.000
Vendas Líquidas	123.000
CMV	-65.600
Lucro Líquido	57.400

Já o ICMS a recolher é calculado da seguinte forma:

Compras	100.000	Vendas	150.000	ICMS a recolher=27.000-18.000= \$9.000
ICMS a recuperar	18.000	ICMS sobre vendas	27.000	



QUESTÃO: 70

70. Em 01.04.2009, a Cia. Platina adquiriu um equipamento para ser utilizado em sua fábrica no valor de \$ 113.000.

Os seguintes custos adicionais são diretamente relacionados ao ativo:

Frete: \$5.000;

Seguro do transporte: \$2.000;

Seguro anual: \$12.000.

O equipamento tem vida útil estimada em 12 anos. Após esse período, o valor residual é estimado em zero.

Para atendimento do CPC 01, aprovado pelo CFC, deve ser efetuada em 31.12.2009 a avaliação do valor recuperável do ativo.

As informações obtidas nesta data são as seguintes:

Valor líquido de venda: \$90.000;

Valor presente dos benefícios futuros em uso: \$140.000.

Em 31.12.2009, o valor líquido do equipamento que deve ser apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Platina será:

(A) \$ 120.063.

(B) \$ 112.500.

(C) \$ 111.500.

(D) \$ 140.000.

(E) \$ 90.000.

GABARITO COMENTADO

O valor do equipamento em 31.12.2009 deve ser calculado da seguinte forma:

$113.000 + 5.000 + 2.000 = 120.000 =$ valor do equipamento em 01.04.2009

Depreciação anual = $\frac{120.000}{12} =$ \$10.000 ao ano

Depreciação de 01.04.2009 a 31.12.2009 = \$7.500

Valor do equipamento = $120.000 - 7.500 = 112.500$

Não existe necessidade de Provisão para Redução ao Valor Recuperável, pois o valor de uso é superior ao contábil.



QUESTÃO: 71

71. A Cia. Turfa efetuou as seguintes operações em 2008:

Receitas operacionais: \$ 500.000

Despesas de salários (totalmente dedutíveis): \$ 100.000

Despesas administrativas (totalmente dedutíveis): \$ 200.000

Do total das Receitas, 15% são auferidas de instituições governamentais e ainda não foram recebidas.

Além das despesas de salários e administrativas, foram provisionadas contingências trabalhistas no valor de

\$ 40.000. Desse montante foi efetuado um depósito judicial de \$ 20.000.

Considerando que a alíquota do Imposto de Renda e da Contribuição Social (somadas) é de 34%, assinale a alternativa que indique, respectivamente, os saldos ativos e passivos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos.

Obs.: A empresa reconhece de forma plena o efeito sobre variações temporárias.

(A) zero e \$ 42.500.

(B) \$ 6.800 e zero.

(C) \$ 11.900 e zero.

(D) \$ 13.600 e \$ 25.500.

(E) \$ 6.800 e \$ 25.500.

GABARITO COMENTADO

O imposto de renda diferido surge da diferença temporária do tratamento contábil e fiscal.

Despesas não dedutíveis no momento: $40.000 \times 0,34 = 13.600$ de imposto de renda ativo

Receitas não tributáveis no momento: $500.000 \times 0,15 = 75.000$ e $75.000 \times 0,34 = 25.500$ de imposto de renda passivo



QUESTÃO: 72

72. O contador da Cia. Quartzo Rosa incorreu em um erro no reconhecimento da apropriação da receita de juros sobre o investimento em debêntures, deixando de contabilizar a receita de juros no ano corrente.

Antes que qualquer ajuste seja efetuado, esse erro gera o seguinte efeito no patrimônio da empresa:

- (A) **subavaliação do ativo, do lucro líquido e do patrimônio líquido.**
- (B) subavaliação do passivo, do patrimônio líquido e do lucro líquido.
- (C) superavaliação do ativo, do lucro líquido e do patrimônio líquido.
- (D) superavaliação do passivo, do patrimônio líquido e do lucro líquido.
- (E) subavaliação do ativo e do resultado e superavaliação do patrimônio líquido.

GABARITO COMENTADO

O erro traz uma subavaliação no ativo, no lucro líquido e no patrimônio líquido, visto que a apropriação da receita de juros sobre o investimento traria um aumento no ativo, lucro líquido e patrimônio líquido.



QUESTÃO: 73

73. Para efetuar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, segundo a Resolução n.º 953/03 do CFC, o auditor deve considerar os seguintes aspectos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) O tamanho e a complexidade das atividades da entidade.
- (B) O grau de desenvolvimento da auditoria interna, se existente, e as áreas sem risco de auditoria.**
- (C) A natureza da documentação, em face dos sistemas de informatização adotados pela entidade.
- (D) O grau de descentralização de decisão adotado pela administração da entidade.
- (E) Os sistemas de informação contábil para efeitos tanto internos quanto externos.

GABARITO COMENTADO

Medir o conhecimento dos procedimentos da auditoria interna estabelecidos na Resolução 953/03, item 11.2.5.2

A Resolução CFC nº 953/03 estabelece no tópico 11.2.5.2:

O auditor deve efetuar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, como base para determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, considerando:

- a) o tamanho e complexidade das atividades da entidade;
- b) os sistemas de informação contábil, para efeitos tanto internos quanto externos;
- c) as áreas de risco de auditoria;
- d) a natureza da documentação, em face dos sistemas de informatização adotados pela entidade;
- e) o grau de descentralização de decisão adotado pela administração da entidade; e
- f) o grau de envolvimento da auditoria interna, se existente.

A única opção não prevista na norma é a contida na letra B



QUESTÃO: 74

74. Segundo a Resolução CFC n.º 1035/05, o Planejamento da Auditoria Independente deve contemplar diversos procedimentos que permitam ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas.

Quando for realizada, pela primeira vez, uma auditoria ou quando as Demonstrações Contábeis do exercício anterior tenham sido examinadas por outro auditor, a norma recomenda outros procedimentos além dos normalmente aplicados.

Assinale a alternativa que indique um desses procedimentos adicionais.

- (A) **Obtenção de evidências suficientes de que os saldos de abertura do exercício não contenham representações errôneas ou inconsistentes que, de alguma maneira, distorçam as demonstrações contábeis do exercício atual.**
- (B) Exame da adequação dos saldos de encerramento do exercício anterior com os saldos de abertura do exercício atual, observando-se as práticas contábeis geralmente aceitas.
- (C) Verificação se as práticas contábeis adotadas no atual exercício são uniformes com as adotadas no exercício anterior, sem desvio do objetivo primordial da empresa.
- (D) Identificação de fatos relevantes que possam afetar as atividades da entidade e sua situação patrimonial, financeira, operacional e contábil em estrita obediência às práticas contábeis geralmente aceitas.
- (E) Identificação de relevantes eventos subsequentes ao exercício anterior, revelados ou não-revelados, ocultos ou transparentes independentemente do seu valor.

GABARITO COMENTADO

A questão busca o conhecimento do planejamento da auditoria em especial da resolução CFC 1035, no tópico 11.4.1.10

A RESOLUÇÃO 1035/05 no tópico 11.4.1.10 estabelece:

11.4.1.10. Quando for realizada uma auditoria, pela primeira vez, na entidade, ou quando as Demonstrações Contábeis do exercício anterior tenham sido examinadas por outro auditor, o planejamento deve contemplar, também, os seguintes procedimentos:

- a) obtenção de evidências suficientes de que os saldos de abertura do exercício não contenham representações errôneas ou inconsistentes que, de alguma maneira, distorçam as Demonstrações Contábeis do exercício atual;
- b) exame da adequação dos saldos de encerramento do exercício anterior com os saldos de abertura do exercício atual;
- c) verificação se as práticas contábeis adotadas no atual exercício são uniformes com as adotadas no exercício anterior;
- d) identificação de fatos relevantes que possam afetar as atividades da entidade e sua situação patrimonial e financeira;
- e) e identificação de relevantes eventos subsequentes ao exercício anterior, revelados ou não-revelados.

A opção que não está nos termos da norma é contida na letra B.



QUESTÃO: 75

75. A respeito de conceituação e objetivos da auditoria independente, analise as afirmativas a seguir:

- I. A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, à legislação específica.
- II. Na ausência de disposições específicas, prevalecem as práticas já consagradas pela profissão contábil, formalizadas ou não pelos seus organismos próprios.
- III. O auditor considera adequadas e suficientes, para o entendimento dos usuários, as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, apenas em termos de conteúdo, salvo declaração expressa em contrário, constante do parecer.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.**
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

Busca o conhecimento da conceituação e objetivos da auditoria estabelecidos na Resolução CFC n.º 10

Apenas o item III das afirmativas acima não está contido no tópico 11.1.1 da Resolução CFC n.º 953/03

11.1 – CONCEITUAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1.1 – CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

11.1.1.1 – A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

11.1.1.1.1 – Na ausência de disposições específicas, prevalecem as práticas já consagradas pela Profissão Contábil, formalizadas ou não pelos seus organismos próprios.

11.1.1.2 – Salvo declaração expressa em contrário, constante do parecer, entende-se que o auditor considera adequadas e suficientes, para o entendimento dos usuários, as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, tanto em termos de conteúdo quanto de forma.

11.1.1.3 – O parecer do auditor independente tem por limite os próprios objetivos da auditoria das demonstrações contábeis e não representa, pois, garantia de viabilidade futura da entidade ou algum tipo de atestado de eficácia da administração na gestão dos negócios.

11.1.1.4 – O parecer é de exclusiva responsabilidade de contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, nestas normas denominado auditor.



QUESTÃO: 76

76. A Resolução CFC n.º 1035/05 relaciona os principais objetivos do planejamento da auditoria.

Com base na Resolução, assinale a alternativa que não compreenda um objetivo do planejamento.

- (A) Propiciar a coordenação do trabalho a ser efetuado por outros auditores independentes e especialistas.
- (B) Propiciar o cumprimento dos serviços contratados com a entidade dentro dos prazos e compromissos previamente estabelecidos.
- (C) Assegurar que as áreas importantes da entidade e os valores relevantes contidos em suas demonstrações contábeis recebam a atenção requerida.
- (D) Estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames a serem efetuados, em consonância com os termos constantes na sua proposta de serviços para a realização do trabalho.
- (E) Obter conhecimento das atividades da entidade, para identificar eventos e transações irrelevantes que afetem as demonstrações contábeis.**

GABARITO COMENTADO

Medir o conhecimento dos objetivos do planejamento da auditoria estabelecidos na Resolução CFC n.º 1035

A opção não contida no tópico 11.4.2 da norma é a contida na letra E

11.4.2. OBJETIVOS

11.4.2.1. Os principais objetivos do Planejamento da Auditoria são:

- a) obter conhecimento das atividades da entidade, para identificar eventos e transações relevantes que afetem as Demonstrações Contábeis;
- b) propiciar o cumprimento dos serviços contratados com a entidade dentro dos prazos e compromissos, previamente, estabelecidos;
- c) assegurar que as áreas importantes da entidade e os valores relevantes contidos em suas demonstrações contábeis recebam a atenção requerida;
- d) identificar os problemas potenciais da entidade;
- e) identificar a legislação aplicável à entidade;
- f) estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames a serem efetuados, em consonância com os termos constantes na sua proposta de serviços para a realização do trabalho;
- g) definir a forma de divisão das tarefas entre os membros da equipe de trabalho, quando houver;
- h) facilitar a supervisão dos serviços executados, especialmente quando forem realizados por uma equipe de profissionais;
- i) propiciar a coordenação do trabalho a ser efetuado por outros auditores independentes e especialistas;
- j) buscar a coordenação do trabalho a ser efetuado por auditores internos;
- k) identificar os prazos para entrega de relatórios, pareceres e outros informes decorrentes do trabalho contratado com a entidade.



QUESTÃO: 77

77. De acordo com a Resolução CFC n.º 986/03, com relação à auditoria interna, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos.
- (B) Está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização.
- (C) Compreende, para fins de planejamento, os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos que definem a amplitude e a época do trabalho a ser realizado.
- (D) Realiza exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem obter subsídios suficientes para fundamentar as conclusões e recomendações à administração da entidade.
- (E) É fundamentada por informações denominadas de “referências”, que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecer base sólida para as conclusões e recomendações à administração da entidade.**

GABARITO COMENTADO

Verificar o conhecimento das normas de auditoria interna estabelecidas na Resolução CFC 986/03.

A opção contida na letra E está errada em virtude da substituição da palavra EVIDÊNCIAS por REFERÊNCIAS, de acordo com a Resolução CFC n.º 986/03, tópico 12.2.3.4.

‘12.2.3.4 As informações que fundamentam os resultados da Auditoria Interna são denominadas de “evidências”, que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecer base sólida para as conclusões e recomendações à administração da entidade.’

As demais opções estão contidas na referida Resolução.



QUESTÃO: 78

78. As questões que afetam a forma e o conteúdo dos papéis de trabalho, conforme prevê a norma pertinente do CFC, estão indicadas nas alternativas a seguir,

à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A natureza do trabalho.
- (B) A natureza e a complexidade da atividade da entidade.
- (C) As evidências e a avaliação dos riscos de auditoria.**
- (D) A direção, a supervisão e a revisão do trabalho executado pela equipe técnica.
- (E) A metodologia e a tecnologia utilizadas no curso dos trabalhos.

GABARITO COMENTADO

Verificação das regras da elaboração e utilização dos papéis de trabalho previstos na Resolução CFC n.º 1024, item 11.3.2.3

A opção contida na letra C não está prevista na Resolução CFC n.º 1024/05 a seguir:

11.3.2.3. A forma e o conteúdo dos papéis de trabalho podem ser afetados por questões como:

- a) natureza do trabalho;
- b) natureza e complexidade da atividade da entidade;
- c) natureza e condição dos sistemas contábeis e de controle interno da entidade;
- d) direção, supervisão e revisão do trabalho executado pela equipe técnica;
- e) metodologia e tecnologia utilizadas no curso dos trabalhos.



QUESTÃO: 79

79. Avalie as seguintes situações:

- I. O auditor deve obter informações junto a pessoas ou entidades concededoras da transação, dentro ou fora da entidade.
- II. O auditor verifica o comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas.

Os procedimentos técnicos aplicáveis a essas situações são, respectivamente:

- (A) inspeção e investigação / inspeção dedutiva.
- (B) revisão e análise / confirmação analítica.
- (C) cálculo e observação / revisão confirmativa.
- (D) investigação e confirmação / revisão analítica.**
- (E) revisão e observação / análise quantitativa.

GABARITO COMENTADO

Conhecimento dos procedimentos de auditoria previstos na Resolução CFC n.953. item 11.2.6.2

A opção que está exatamente de acordo com a Resolução CFC n.º 953/03 é a contida na letra D

11.2.6.2 – Na aplicação dos testes de observância e substantivos, o auditor deve considerar os seguintes procedimentos técnicos básicos:

- a) inspeção – exame de registros, documentos e de ativos tangíveis;
- b) observação – acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução;
- c) investigação e confirmação – obtenção de informações junto a pessoas ou entidades concededoras da transação, dentro ou fora da entidade;
- d) cálculo – conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias; e
- e) revisão analítica – verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas.



QUESTÃO: 80

80. A respeito do sistema contábil e de controles internos assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O sistema contábil e de controles internos compreende, entre outros, o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção de seu patrimônio.
- (B) O sistema contábil e de controles internos é de responsabilidade da administração da entidade; porém, o auditor deve efetuar sugestões objetivas para seu aprimoramento.
- (C) A avaliação do sistema contábil e de controles internos deve considerar o ambiente de controle existente na entidade e os procedimentos de controle adotados pela administração da entidade.
- (D) O auditor deve efetuar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos como base para determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, sem o grau de descentralização de decisão adotado pela administração da entidade.**
- (E) A avaliação do ambiente de controle deve considerar a definição de funções de toda a administração, o processo decisório adotado, a estrutura organizacional, os métodos de delegação de autoridade e responsabilidade, as políticas de pessoal e segregação de funções e o sistema de controle da administração, incluindo as atribuições da auditoria interna, se existente.

GABARITO COMENTADO

Busca o conhecimento do ESTUDO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA CONTÁBIL E DE CONTROLES INTERNOS estabelecidos na Resolução CFC 953/03 item 11.2.5.

A opção não contida na Resolução CFC n.º 953/03, tópico 11.2.5 é a contida na letra D

11.2.5 – ESTUDO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA CONTÁBIL E DE CONTROLES INTERNOS

11.2.5.1 – O sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficácia operacional.

11.2.5.2 – O auditor deve efetuar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, como base para determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, considerando:

- a) o tamanho e complexidade das atividades da entidade;
- b) os sistemas de informação contábil, para efeitos tanto internos quanto externos;
- c) as áreas de risco de auditoria;
- d) a natureza da documentação, em face dos sistemas de informatização adotados pela entidade;
- e) o grau de descentralização de decisão adotado pela administração da entidade; e
- f) o grau de envolvimento da auditoria interna, se existente.

11.2.5.3 – O sistema contábil e de controles internos é de responsabilidade da administração da entidade; porém o auditor deve efetuar sugestões objetivas para seu aprimoramento, decorrentes de constatações feitas no decorrer do seu trabalho.

11.2.5.4 – A avaliação do sistema contábil e de controles internos pelo auditor deve considerar os seguintes aspectos:

- a) o ambiente de controle existente na entidade; e
- b) os procedimentos de controle adotados pela administração da entidade.

11.2.5.5 – A avaliação do ambiente de controle existente deve considerar:

- a) a definição de funções de toda a administração;
- b) o processo decisório adotado na entidade;
- c) a estrutura organizacional da entidade e os métodos de delegação de autoridade e responsabilidade;
- d) as políticas de pessoal e segregação de funções; e
- e) o sistema de controle da administração, incluindo as atribuições da auditoria interna, se existente.



DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO: 81

81. A respeito dos denominados acordos de bitributação (Tratados Internacionais Bilaterais em Matéria de Imposto sobre a Renda) firmados pelo Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Submetem-se à lei interna brasileira sempre que com ela (lei interna) conflitem.
- (B) Sobrepõem-se à lei interna, limitando a sua eficácia nas hipóteses previstas em seus dispositivos (dos acordos de bitributação).**
- (C) Podem limitar as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) nos casos de pagamentos de royalties ao exterior.
- (D) Ampliam a soberania tributária do Brasil sobre fatos econômicos que, na sua ausência, não seriam tributados.
- (E) Sobrepõem-se ao direito interno, inclusive em relação aos dispositivos constitucionais, pois contêm normas supranacionais.

GABARITO COMENTADO

- a) os acordos de bitributação embora tecnicamente não revoguem a lei interna, que mantém a sua vigência, validade e eficácia, a ela se sobrepõem, nos termos do artigo 98 do Código Tributário Nacional;
- b) de forma geral, os tratados internacionais (conceito no qual se incluem os acordos de bitributação) sobrepõem-se à lei interna (artigo 98 do Código Tributário Nacional), limitando a sua eficácia naqueles casos regulados pelo próprio tratado – “efeito guarda-chuva” dos tratados internacionais;
- c) os acordos de bitributação tem por objeto os “impostos sobre a renda” e, neste sentido, não se aplicam à CIDE, que é uma contribuição, embora alguns destes acordos façam referência expressa à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- d) os acordos de bitributação tem efeito limitador da lei interna, jamais ampliativo, de tal forma que, se um fato não é tributado segundo a lei brasileira (por força de isenção ou simples caso de não-tributação), jamais o será em função do tratado internacional;
- e) os acordos de bitributação submetem-se aos limites traçados pela Constituição Federal, não podem ao texto constitucional sobrepor-se.



QUESTÃO: 82

82. Com relação ao instituto da substituição tributária, aplicado ao ICMS, analise as seguintes afirmativas:

- I. Trata-se de um mecanismo legal pelo qual a responsabilidade pelo pagamento do imposto pode ser atribuída a sujeito passivo outro que não o contribuinte, destinatário constitucional do tributo.
- II. A chamada “substituição tributária para frente” tem relação direta com o instituto da responsabilidade por sucessão prevista no artigo 129 do Código Tributário Nacional.
- III. Trata-se de uma decorrência lógica do perfil plurifásico do ICMS.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

I. na substituição tributária, a responsabilidade pelo pagamento do ICMS devido pelo contribuinte A pode ser redirecionada para o contribuinte B, tornando-se B o devedor do tributo, de tal forma a excluir a responsabilidade do contribuinte A.

II. o instituto da substituição tributária tem relação com a responsabilidade prevista no artigo 128 do CTN, não sendo o caso de sucessão, pois já no momento do surgimento da Obrigação Tributária existe um outro contribuinte designado por lei;

III. justamente o oposto: a substituição tributária desfigura o caráter plurifásico do ICMS, tornando-o monofásico (recolhimento por antecipação).



QUESTÃO: 83

83. Com relação às formas de extinção do crédito tributário, analise as seguintes afirmativas:

- I. A dação em pagamento, consoante o artigo 156 do Código Tributário Nacional, pode ocorrer tanto em relação aos bens móveis como aos bens imóveis.
- II. A impossibilidade do pagamento, no sistema brasileiro, é forma legalmente (Código Tributário Nacional) prevista de extinção do crédito tributário.
- III. O crédito tributário será extinto por decisão administrativa favorável ao contribuinte contra a qual não possa mais ser oposto recurso ou ação anulatória.

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.**
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

I) consoante o disposto no inciso XI do artigo 156 do Código Tributário Nacional, a dação em pagamento somente é cabível no caso de bens imóveis;

II) a impossibilidade do pagamento, embora seja previsto em outros sistemas jurídicos estrangeiros, não é contemplado no brasileiro – está fora do âmbito do no artigo 156 do CTN (hipóteses de extinção do crédito tributário);

III) no caso de se tratar de decisão administrativa favorável ao contribuinte, contra a qual não seja mais possível a interposição de recurso ou ação anulatória, estará definitivamente extinto o crédito tributário.



QUESTÃO: 84

84. A Lei Complementar desempenha papel de grande relevância em matéria tributária. Conforme se infere do artigo 146 da Constituição Federal, cabe à Lei Complementar:

- (A) fixar uma alíquota única do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (2%) em todo o território nacional, com o fim de debelar a guerra fiscal travada entre os Municípios.
- (B) regulamentar a denominada "cláusula geral antielisiva" inserida no Código Tributário Nacional (parágrafo único do artigo 116).
- (C) introduzir os tratados internacionais em matéria tributária (acordos de bitributação) no sistema tributário brasileiro.
- (D) ampliar a competência tributária constitucionalmente estabelecida dos entes da federação.
- (E) **prevenir situações de desequilíbrio nas condições de concorrência mediante critérios especiais de tributação.**

GABARITO COMENTADO

a) a alíquota mínima do ISS foi fixada por Emenda Constitucional, enquanto a Lei Complementar fixou a alíquota máxima de 5% - de qualquer forma, não seria o caso de fixação de uma alíquota única, pois cada Município tem liberdade para, respeitadas a alíquota mínima (2%) e máxima (5%), estabelecer a sua própria tributação.

b) a cláusula geral antielisiva, que se tentou inserir no parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional, deverá ser regulamentada por lei ordinária – houve a tentativa, mal sucedida, de regulamentá-la pela Medida Provisória 66, que acabou não sendo, neste aspecto, convertida na Lei 10.637/01;

c) os tratados internacionais são introduzidos por meio de Decretos Legislativos;

d) a competência é traçada na Constituição Federal de forma rigorosa, não havendo possibilidade de ampliá-la senão modificando-se o próprio texto constitucional;

e) tal dispositivo consta expressamente no artigo 146-A da Constituição Federal, tendo sido inserido por meio da Lei Complementar n. 104/01, no contexto do combate à guerra fiscal e aos planejamentos tributários.



QUESTÃO: 85

85. A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), nos termos concebidos pela Lei nº 10.168/00, deveria incidir sobre os contratos que implicassem transferência de tecnologia, por ocasião de pagamento, crédito, entrega, remessa ou emprego de valores ao residente no exterior. Posteriormente, a Lei nº 10.332/01 ampliou a hipótese de incidência da CIDE para abranger também os casos envolvendo o pagamento, crédito, entrega, remessa ou emprego de royalties a qualquer título (mesmo sem transferência de tecnologia) a residente no exterior.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) o valor recolhido no Brasil a título de CIDE poderá ser utilizado como crédito pelo beneficiário dos royalties (residente no exterior) para fins de compensação com o Imposto de Renda devido sobre o valor recebido.
- (B) o contribuinte da CIDE coincide com o contribuinte do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre pagamento, remessa, crédito, entrega ou emprego de royalties.
- (C) **a incidência da CIDE sobre valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior a título de royalties gera direito a crédito para o contribuinte desse tributo no Brasil no caso de contratos de exploração de patentes e uso de marcas.**
- (D) no caso de pagamento, crédito, entrega, remessa ou emprego de royalties a residente no exterior, deverá ser pago o Imposto de Renda Retido na Fonte à alíquota de 25%, bem como a CIDE à alíquota de 10%, independentemente do país de residência do beneficiário.
- (E) o valor integral das receitas arrecadadas por meio da CIDE poderá ser destinado como melhor aprover ao Chefe do Executivo Federal.

GABARITO COMENTADO

a) os valores pagos a título de CIDE não se prestam à compensação do Imposto de Renda, que só poderá ser compensado com valores anteriormente pagos a título de Imposto de Renda;

b) o contribuinte da CIDE, no caso de pagamentos ao exterior, é a fonte pagadora (responsável pelo pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa – ou seja, quem suporta economicamente os royalties), enquanto o contribuinte do Imposto de Renda é o beneficiário da renda residente no exterior;

c) a legislação permite, apenas para os casos de contratos de exploração de patentes e uso de marcas a compensação com os valores devidos a título de CIDE das operações subsequentes;

d) no caso de haver a incidência concomitante da CIDE e do Imposto de Renda, a alíquota deste último tributo deverá ser reduzida de 25% para 15%;

e) as receitas da arrecadação da CIDE deverão ser destinadas ao Fundo Nacional da Ciência e Tecnologia para cumprir o seu desiderato de promoção da tecnologia no país, embora se admita, como no caso da DRU (Desvinculação das Receitas da União), que uma parte da arrecadação tenha destinação livre.



QUESTÃO: 86

86. A respeito da aquisição, a qualquer título, de fundo de comércio, estabelecimento comercial, industrial ou profissional, para fins de responsabilidade tributária, é correto afirmar que:

- (A) implicará sempre, para o adquirente, responsabilidade integral.
- (B) não haverá responsabilidade do adquirente na hipótese de se tratar de alienação judicial de filial ou unidade produtiva isolada em processo de recuperação judicial.**
- (C) a extensão da responsabilidade do adquirente não se altera em função do fato de o alienante (do estabelecimento) cessar a exploração de comércio, indústria ou atividade.
- (D) nos casos de aquisição de mero estabelecimento, não há que se falar em responsabilidade por sucessão, o que apenas ocorre nos casos de aquisição da própria pessoa jurídica titular do estabelecimento.
- (E) o contrato firmado com o alienante, pelo qual este assume a responsabilidade pelos débitos gerados durante sua gestão, poderá ser oposto, pelo adquirente, ao Fisco.

GABARITO COMENTADO

a) nem sempre a responsabilidade do adquirente será integral - a responsabilidade do adquirente poderá ser subsidiária, e não integral, no caso de o alienante manter-se no mesmo ramo de comércio, indústria ou atividade;

b) a legislação tributária, seguindo a orientação da Lei de Recuperação Judicial e Falências, exclui a responsabilidade do adquirente de unidade produtiva isolada ou filial, no curso de processo de recuperação judicial, visando justamente a incentivar a arrematação destes bens;

c) a responsabilidade do adquirente poderá ser subsidiária ou integral dependendo do fato de prosseguir (ou não) o alienante no mesmo segmento.

d) o Código Tributário Nacional refere-se expressamente a estabelecimento, de tal forma que o instituto da responsabilidade por sucessão aplica-se também neste caso;

e) o Código Tributário Nacional estabelece expressamente que convenções entre particulares não poderão ser opostas ao Fisco.



QUESTÃO: 87

87. Com relação ao tema Obrigação Tributária, considerando a existência da obrigação principal e das obrigações ditas acessórias, analise as afirmativas a seguir:

- I. As obrigações acessórias extinguem-se inexoravelmente por força do pagamento do tributo, não havendo que se falar, assim, em penalidade por seu descumprimento.
- II. As obrigações acessórias convertem-se em obrigação principal no caso de sua inobservância no que diz respeito à penalidade pecuniária.
- III. As obrigações acessórias correspondem às obrigações de fazer e não-fazer.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.**

GABARITO COMENTADO

I – não existe relação de prejudicialidade entre a obrigação principal e a acessória. Vale dizer, mesmo tendo sido pago o tributo (cumprida a obrigação principal), subsiste a obrigação acessória (como a emissão de nota) que, se não cumprida, acarretará a aplicação de multa;

II – tal afirmação decorre textualmente do artigo 113, § 1º do Código Tributário Nacional, com a seguinte dicção: “A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária”;

III – as obrigações acessórias tanto podem corresponder à obrigação de fazer, como é o caso da emissão de notas, como a obrigação de não-fazer, como é o caso de não trafegar com mercadoria desacompanhada de notas.

QUESTÃO: 88

88. Em relação à fiscalização tributária, analise as afirmativas a seguir:

- I. Determina o código tributário nacional que a autoridade administrativa que presidir quaisquer diligências de fiscalização deverá, preferencialmente, lavrar termo autônomo de início do respectivo procedimento, cuja cópia será entregue ao sujeito fiscalizado; caso haja recusa de recebimento do aludido termo pelo contribuinte, o início da ação fiscal há de ser certificado em um dos livros fiscais a serem exibidos na forma da legislação.
- II. Somente antes do início de qualquer procedimento de fiscalização é possível ao contribuinte se socorrer do benefício da denúncia espontânea, afastando-se a responsabilidade por infrações à legislação tributária, desde que haja o pagamento integral do tributo devido acrescido dos juros de mora.
- III. O artigo 195 do CTN reza que “para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los”. Com base nesse dispositivo, o Supremo Tribunal Federal editou súmula de modo a consolidar o entendimento de que se sujeitam à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, ilimitadamente, independentemente dos pontos objeto da investigação.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.**
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

I - Alternativa I está incorreta. A redação do parágrafo único do artigo 196 do CTN determina que os referidos termos de início de ação fiscal serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos pelo contribuinte; quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

II - Alternativa II está correta. Antes de iniciados os procedimentos de fiscalização – e lavrados os respectivos termos – pode o contribuinte se valer do benefício da denúncia espontânea, nos termos do artigo 138 do CTN, afastando-se o recolhimento das penalidades pelo descumprimento da legislação tributária, desde que haja o pagamento do valor principal acrescido de juros de mora.

Nesse sentido: “TRIBUTÁRIO - ART. 138 DO CTN - DENÚNCIA ESPONTÂNEA - TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE DESACOMPANHADA DE PAGAMENTO - PAGAMENTO INTEGRAL COM ATRASO ANTES DO INÍCIO DE QUALQUER PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

1. Do exame acurado dos autos, observa-se que houve o pagamento integral da dívida antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização por parte da recorrida e aqui está demonstrada a especificidade do caso.

2. É entendimento predominante neste Tribunal o fato de que o contribuinte, ao espontaneamente denunciar o débito tributário em atraso e recolher o montante devido, com juros de mora antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, fica exonerado de multa moratória. Agravo regimental provido. (AgRg no AgRg no REsp 726735 / SC, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 14/12/2007 p. 385)

III - Alternativa III está incorreta: Eis o teor da Súmula n. 439 do STF : “Estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.”



QUESTÃO: 89

89. A Constituição Federal de 1988 atribui competência tributária aos entes da Federação.

Com relação à União, é correto afirmar que:

- (A) **encontra-se autorizada a tributar a renda de obrigações da dívida pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios.**
- (B) tem competência para instituir isenções de tributos cuja competência foi constitucionalmente assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (C) pode estabelecer tributo não uniforme no território nacional.
- (D) pode estabelecer, por meio de lei complementar, outros tributos além dos expressamente mencionados na Constituição Federal, desde que não sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados constitucionalmente.
- (E) não tem competência, em Território Federal, sobre impostos estaduais.

GABARITO COMENTADO

a) o artigo 151, inciso II da Constituição Federal veda à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do DF e dos Municípios;

b) artigo 151, inciso III da CF veda à União instituir isenções de tributos de competência dos Estados, do DF ou dos Municípios;

c) os tributos federais devem ser, por determinação constitucional, uniformes em todo território nacional, conforme artigo 151, inciso I da Constituição Federal;

d) dispõe o artigo 154 da Constituição Federal: "A União poderá instituir: I – mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição";

e) artigo 147 da Constituição Federal dispõe: "Art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais".

OBSERVAÇÃO:

O recurso interposto sustenta, acertadamente, ser a alternativa correta desta questão a letra (A) na medida em que a União somente estará vedada a tributar a renda de obrigações de dívida pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios se tentar fazê-lo em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes, conforme disposto no artigo 151, II da Constituição Federal.

Por outro lado, ainda como corretamente sustentam os recursos, a alternativa D está equivocada, pois a União somente pode instituir outros IMPOSTOS (e não TRIBUTOS) além dos expressamente mencionados na Constituição Federal, desde que sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo dos discriminados constitucionalmente.

Assim, a alternativa correta é a (A) e não a (D) como anteriormente marcado no gabarito.



QUESTÃO: 90

90. Considere a seguinte situação hipotética:

- Um determinado contribuinte praticou o fato gerador de um tributo de competência da União, sujeito a lançamento por homologação, tendo pago e declarado ao fisco, no mês de março de 1984, valor inferior ao efetivamente devido. Em procedimento de fiscalização, o auditor fiscal de tributos constatou o recolhimento efetuado a menor e lavrou auto de infração constituindo o crédito tributário cabível, tendo notificado o contribuinte em junho de 1989.
- Inconformado com o lançamento, o contribuinte promoveu impugnação administrativa em julho de 1989, tendo seu pleito sido definitivamente julgado, em grau de recurso, em agosto de 1996, assinalado ao contribuinte o prazo de 30 dias para pagamento espontâneo do crédito tributário.
- Inscrito o crédito em dívida ativa em maio de 1999, o ajuizamento da ação ocorreu em novembro de 2002, tendo sido o contribuinte citado no mês subsequente.

A respeito dessa situação, analise as afirmativas a seguir:

- I. Não se operou a decadência.
- II. Ocorreu a prescrição intercorrente no processo administrativo.
- III. Ocorreu a prescrição pela inércia do fisco quanto ao exercício do direito de ação de cobrança.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.**
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

I - I está incorreta. Tendo havido declaração e pagamento a menor cabe ao Fisco promover o lançamento de ofício para constituição do crédito tributário no prazo de cinco anos contados do fato gerador do tributo (art.150, parágrafo 4o.), tendo se operado a decadência em março de 1989.

II - II está incorreta. Não há que se cogitar da ocorrência de prescrição intercorrente em processo administrativo tributário. Nestes Termos: "Não se aplica a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal" (Súmula n.11 do 1o. CC)

III - O prazo prescricional é contado a partir de sua constituição definitiva, mais especificamente, do momento em que o Fisco estiver apto a manejar a ação de execução fiscal. Nesse caso específico, seria contado o prazo de cinco anos a partir de setembro de 1996.



QUESTÃO: 91

91. O Imposto de Renda, conforme previsão constitucional (artigo 153, § 2º), deverá ser norteado pelos critérios da generalidade, universalidade e progressividade. Com fundamento nos aludidos critérios, analise as seguintes afirmativas:

- I. A tributação, pelo Imposto de Renda, da pessoa física e jurídica residente no Brasil poderá recair sobre fatos econômicos concretizados no exterior.
- II. Os não-residentes (pessoas físicas ou jurídicas) no Brasil são tributados pelo Imposto de Renda em bases universais (renda global).
- III. A tributação de fatos econômicos originados em outro país somente será juridicamente viável se houver acordo de bitributação (Tratado Internacional Bilateral em Matéria de Imposto de Renda), pois seria ilegal a incidência de um tributo brasileiro sobre fato ocorrido em território estrangeiro, sob pena de violação de soberania deste país.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

I – o Princípio da Universalidade (com fundamento no critério da generalidade) válido para as pessoas físicas e jurídicas com residência no Brasil, fundamenta a tributação, pelo Imposto de Renda, de fatos econômicos representativos de acréscimo patrimonial, ainda que tenham ocorrido no exterior;

II – as pessoas físicas e jurídicas que não tenham residência no Brasil (não-residentes) são tributadas com base no Princípio da Territorialidade, ou seja, apenas sobre a renda gerada dentro do território brasileiro;

III – a aplicação do Princípio da Universalidade independe da existência de acordo de bitributação, pois não há violação da soberania de outro país, pelo mero fato de se emprestar efeitos extraterritoriais à lei tributária brasileira para fazê-la incidir sobre fatos que se deram no estrangeiro. Não se admite, contudo, atos concretos de cobrança, constritivos, no território de outro país, sob pena, aí sim, de violação de soberania.



QUESTÃO: 92

92. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial. No entanto, havendo escrituração regular, ainda que parcialmente, o Fisco deverá sempre adotá-la como base de prova.
- II. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributo, pode ser feita a qualquer tempo, independentemente da constituição do crédito tributário pelo lançamento, desde que haja comprovação do erro em que se funde.
- III. Segundo jurisprudência do STJ, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, e tendo o contribuinte declarado o débito e não pago no vencimento, considera-se desde logo constituído o crédito tributário, tornando-se dispensável a instauração de procedimento administrativo com a finalidade de promoção do lançamento para viabilizar a posterior cobrança judicial.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.**
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

I - alternativa correta em atendimento à redação do artigo 148 do CTN bem como ao princípio da verdade material.

II - alternativa incorreta posto que a declaração pode ser retificada, comprovado o erro em que se funde, somente antes de notificado o lançamento tributário em obediência à regra veiculada pelo parágrafo único do artigo 147 do CTN.

III – alternativa correta. Reflete prática adotada pelos entes tributantes e chancelada pelo Poder Judiciário. Nesse sentido: “Segundo jurisprudência que se encontra solidificada no âmbito Deste STJ, a apresentação, pelo contribuinte, da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, é modo de constituição do Crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco. A partir desse momento, tem início o cômputo da prescrição quinquenal, facultada à Fazenda para providenciar o ajuizamento da ação executiva. (REsp n.839220/RS, Rel. Min. José Delgado, DJ 26.10.2006, p.245).”

QUESTÃO: 93

93. Com relação ao tema Limitações ao Poder de Tributar, analise as seguintes sentenças:

- I. Como modo de combater a guerra fiscal, a Constituição Federal outorgou ao legislador complementar competência para regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. Em atendimento a esse objetivo, a Lei Complementar nº 24/75 determina que a concessão de benefícios, ou a sua revogação total ou parcial, dependerá sempre de decisão unânime dos Estados federados.
- II. É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, sendo inadmitida, portanto, a concessão de incentivos fiscais ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.
- III. Em caso de outorga de isenção tributária a uma classe de contribuintes, a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico de uma dada região, é possível àqueles excluídos pela lei socorrerem-se do Poder Judiciário para, com base no princípio da isonomia, obterem idêntico tratamento fiscal.

Assinale:

- (A) se todas as sentenças estiverem corretas.
- (B) se somente as sentenças I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as sentenças I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as sentenças II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma sentença estiver correta.

GABARITO COMENTADO

I - está incorreta uma vez que, em atendimento ao parágrafo 2o. da Lei Complementar n.24/75 "A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados (em reuniões do Confaz); a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

II está incorreta posto que em flagrante contrariedade à letra do inciso I do artigo 151 da CF/88 que permite a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do país.

III - está incorreta posto que as isenções concedidas não de ser interpretadas literal e restritivamente, em atendimento ao artigo 111 do CTN. Ademais, já decidiu o Supremo Tribunal Federal:

"A Constituição na parte final do art. 151, I, admite a 'concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do país'. A concessão de isenção é ato discricionário, por meio do qual o Poder Executivo, fundado em juízo de conveniência e oportunidade, implementa suas políticas fiscais e econômicas e, portanto, a análise de seu mérito escapa ao controle do Poder Judiciário. Precedentes: RE 149.659 e AI 138.344-AgR." (RE 344.331, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 14-3-03). Não é possível ao Poder Judiciário estender isenção a contribuintes não contemplados pela lei, a título de isonomia (RE 159.026)." (RE 344.331, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 11-2-03, DJ de 14-3-03)



QUESTÃO: 94

94. Em relação às espécies tributárias, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) **Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de atuação nas respectivas áreas.**
- (B) Os impostos são tributos não vinculados a quaisquer atividades estatais relacionadas ao contribuinte, sendo vedada a vinculação de suas receitas a órgãos, fundos ou despesas, salvo exceções constitucionalmente previstas.
- (C) A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (D) As taxas, cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- (E) A União poderá instituir, mediante lei ordinária, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, na iminência ou no caso de guerra externa, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

GABARITO COMENTADO

A) Alternativa incorreta posto que a competência para instituição das aludidas contribuições é exclusiva da União.

B) Alternativa correta; exceções relativas à vinculação de receitas são trazidas pela parte final do disposto no inciso IV do art.167 da CF/88.

C) Alternativa correta. Redação do artigo 81 do CTN que em nada discrepa do desenho constitucional do tributo.

D) Alternativa correta, em consonância com a redação do inciso II do artigo 145 da CF, c/c o parágrafo 2o do mesmo artigo.

E) Alternativa correta, em atendimento ao disposto no 154, II.



QUESTÃO: 95

95. Em relação aos tributos de competência estadual, é correto afirmar que:

- (A) os Estados possuem competência para instituição do imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos, cujas alíquotas máximas serão fixadas por lei complementar.
- (B) **em relação à tributação dos programas de computador, ou software, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que, nas operações relativas ao “licenciamento ou cessão de direito de uso”, não cabe aos Estados a instituição do ICMS, posto não estar caracterizada uma circulação de mercadoria; por outro lado, em se tratando dos chamados “software de prateleira”, produzidos em série e comercializados no varejo, vigora entendimento positivo quanto à possibilidade de tributação por meio do aludido tributo uma vez materializado o corpus mechanicum da criação intelectual do programa, caracterizando, assim, o conceito de mercadoria.**
- (C) o ICMS será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal; em atendimento à não-cumulatividade a isenção ou não-incidência, implicarão direito a crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes, salvo determinação em contrário da legislação.
- (D) o imposto incidente sobre a propriedade de veículos automotores não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização.
- (E) de acordo com o texto constitucional vigente, o ICMS incidirá sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, cabendo o imposto ao Estado onde ocorrer o desembaraço aduaneiro, independentemente da localização do destinatário do bem ou mercadoria.

GABARITO COMENTADO

- A) Alternativa incorreta; alíquotas máximas não de ser fixadas pelo Senado Federal (CF, art. 155, parágrafo 1o., inc.IV)
- B) Alternativa correta em observância ao decidido no RE 176.626/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, leading case em relação ao tema.
- C) Alternativa incorreta. A isenção e a não-incidência não geram direito ao crédito de ICMS, salvo disposição em contrário, por força da dicção do parágrafo 2o, inciso II, alínea “a” do artigo 155 da CF/88.
- D) Alternativa incorreta por afronta inciso ao inciso II do parágrafo 6o. do art. 155 da CF/88.
- E) Alternativa incorreta; em obediência ao parágrafo 2o., inciso IX, alínea “a” do artigo 155 da CF/88, em caso de importação de bem ou mercadoria importados do exterior, caberá o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria.



QUESTÃO: 96

96. De acordo com a redação do Código Tributário Nacional (artigo 156), analise as afirmativas a seguir:

- I. Novação: extingue a obrigação tributária mediante a criação de uma outra que substituirá a primeira.
- II. Confusão: desde que, na mesma pessoa, se confundam as qualidades de credor e devedor.
- III. Anistia: dispensa o pagamento das multas provenientes da desobediência à legislação tributária.

Não podem ser mencionada(s), expressamente, como modalidade(s) de extinção do crédito tributário:

- (A) as afirmativas I, II e III.
- (B) somente as afirmativas II e III.
- (C) somente as afirmativas I e III.
- (D) somente as afirmativas I e II.
- (E) somente a afirmativa II.

GABARITO COMENTADO

I - O item I está incorreto, posto que a novação não foi prevista no rol estatuído pelo artigo 156 do CTN como causa extintiva da obrigação tributária. tributário. A dação em pagamento de bens imóveis não foi incluída no rol taxativo do aludido dispositivo.

II - O item II está incorreto. Muito embora reconhecida como causa extintiva das obrigações privadas, a confusão não foi contemplada pelo legislador tributário como causa extintiva dos créditos dessa natureza.

III - O item III está incorreto pelo fato de a anistia se configurar como causa de exclusão do crédito tributário, conforme o artigo 175 do CTN.



QUESTÃO: 97

97. Em relação à competência tributária, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Corresponde à aptidão de que são dotados os entes políticos para editarem leis instituidoras de tributos.
- (B) É indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- (C) De acordo com os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (D) Seu não-exercício no tempo, pelo prazo de cinco anos contados da promulgação da Constituição, implica sua transferência para outro ente federativo, nos termos de Resolução a ser editada pelo Senado Federal.**
- (E) A outorga de competências tributárias aos entes federativos afigura-se como pedra angular da forma federativa de Estado, caracterizado por entes políticos dotados de autonomia financeira.

GABARITO COMENTADO

- A) Alternativa correta de acordo com a doutrina dominante.
- B) Alternativa em consonância com a doutrina e que reproduz a redação do artigo 7º do CTN.
- C) Alternativa correta de acordo com os termos da redação do artigo 11 da LC n.101/2000
- D) Alternativa incorreta; a competência tributária é imprescritível.
- E) Alternativa correta. Assertiva que decorre do exame dos sistemas federativos em absoluta consonância com a doutrina de direito tributário e constitucional.



QUESTÃO: 98

98. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e que indique o período a que se refere o pedido.

O contribuinte pode, ainda, obter a chamada certidão positiva com efeito de negativa, nas seguintes situações, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Ajuizar ação anulatória acompanhada do depósito do montante integral do crédito tributário.
- (B) Ser considerado devedor de créditos ainda não vencidos.
- (C) **Ser credor da Fazenda Pública.**
- (D) Ter contra si ajuizada execução fiscal na qual tenha sido efetivada penhora.
- (E) Celebrar parcelamento da dívida.

GABARITO COMENTADO

Dispõe o artigo 206 do CTN que “tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.” Sendo assim, temos:

- a) Alternativa “a” está correta porque a realização de depósito do montante do crédito é causa de suspensão da exigibilidade nos termos do inciso II do artigo 151 do CTN.
- b) Alternativa “b” está correta por atendimento expresso à redação do artigo 206 do CTN
- c) A alternativa “c”, por representar apenas possibilidade de extinção do crédito tributário – caso haja previsão em lei – sem, por outro lado, implicar modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito, cujo rol taxativo vem estipulado no artigo 156 do CTN, é a única errônea dentre as alternativas elencadas.
- d) Alternativa “d” também correta por atendimento à letra do artigo 206 do CTN.
- e) Alternativa “e” está correta porquanto o parcelamento é causa de suspensão da exigibilidade do crédito prevista no artigo 151 do CTN.



QUESTÃO: 99

99. De acordo com o Código Tributário Nacional a lei aplica-se a ato ou fato pretérito.

A esse respeito analise as afirmativas que apresentam as situações em que a lei se aplica.

- I. Em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- II. Quando reduza a alíquota de tributo cujo fato gerador já foi praticado, desde que a defesa ofertada pelo contribuinte, administrativa ou judicial, ainda não tenha sido definitivamente julgada.
- III. Tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado falta de pagamento de tributo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.**
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO

I) Alternativa "a" correta por reproduzir o mandamento veiculado pelo inciso I do artigo 106.

II) Alternativa "b" está incorreta posto que a aplicação retroativa da lei somente se aplica às penalidades e não ao tributo devido (inciso III do artigo 106 do CTN)

III) Alternativa "c" correta em razão de reproduzir o mandamento veiculado pela alínea "b" do inciso II do artigo 106 do CTN.



QUESTÃO: 100

100. A Lei Complementar nº 104/01 inseriu o parágrafo único ao artigo 116 do Código Tributário Nacional, tendo por objetivo restringir a prática do planejamento tributário, ainda que este fosse conduzido mediante o uso de estruturas e procedimentos perfeitamente lícitos – a chamada elisão tributária.

A redação do referido dispositivo gerou grande polêmica ao condicionar a desconsideração dos atos e negócios jurídicos praticados pelo contribuinte à hipótese de “dissimulação”, pois, para parte expressiva da doutrina jurídica, dissimulação é forma de simulação relativa, figura que se relaciona com a chamada evasão tributária (ilícita) e não com a elisão.

Na tentativa de regulamentar a aplicação da cláusula antielisiva (pretensamente contida no parágrafo único do artigo 116 do CTN), foi editada a Medida Provisória nº 66, que acabou, nesta parte, não sendo convertida em lei (Lei 10.637).

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) a autoridade administrativa jamais poderá desconsiderar atos praticados pelo contribuinte no contexto do chamado “planejamento tributário”, sejam eles lícitos ou ilícitos, justamente por não ter sido formalmente regulamentado o parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional.
- (B) a autoridade administrativa está plenamente autorizada a aplicar o parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional, ainda que tal dispositivo não tenha sido regulamentado por lei ordinária.
- (C) a Medida Provisória nº 66 previa procedimento especial para que a autoridade administrativa pudesse desconsiderar os atos praticados pelo contribuinte, como, por exemplo, dar a oportunidade ao contribuinte para se manifestar, antes de lavrado o auto de infração, sobre as razões do procedimento por ele adotado, situação que em nada mudou com a não conversão da Medida Provisória nº 66 em lei, já que o Decreto 70.235/72 prevê tal situação expressamente.
- (D) em decorrência da não conversão da Medida Provisória nº 66 em lei e, conseqüentemente, da não regulamentação do parágrafo primeiro do artigo 116 do Código Tributário Nacional, a autoridade administrativa somente poderá desconsiderar atos e negócios jurídicos praticados pelo contribuinte, para então requalificá-los, quando houver algum tipo de desvio, como, por exemplo, simulação, abuso de direito e abuso de forma.**
- (E) no Brasil, nunca houve a necessidade de uma cláusula geral antielisiva, pois sempre se entendeu, tanto no âmbito doutrinário como no jurisprudencial, que a substância econômica do negócio deveria prevalecer sobre a forma.

GABARITO COMENTADO

A – se houver ato ilícito a macular o procedimento do contribuinte, não será caso de “planejamento tributário”;

B – pelo fato de não ter sido regulamentado, não será possível a aplicação válida do parágrafo único do artigo 116, tal como concebido pela Lei Complementar nº 104/01.

C – realmente, a Medida Provisória previa um procedimento que deveria anteceder a lavratura do auto de infração, segundo o qual o contribuinte poderia justificar as razões que lhe levaram a adotar determinados procedimentos – somente se os seus argumentos não fossem aceitos, ele seria intimado para recolher o tributo considerado devido (mediante requalificação dos seus atos e negócios) e, então, caso não fosse pago, haveria a lavratura do auto de infração. Entretanto, isto não acontece hoje justamente por não ter sido a Medida Provisória nº 66 convertida em lei neste aspecto.

D – como não se pode aplicar hoje validamente o parágrafo único do artigo 116 do CTN, a autoridade administrativa terá que se socorrer de outros elementos para desconsiderar os atos e negócios do contribuinte, como a simulação, abuso de forma e abuso de direito, embora haja grande polêmica no âmbito doutrinário a respeito deste assunto.

E – o Brasil, tradicionalmente aceitou, em matéria tributária, a prevalência da legalidade estrita e tipicidade cerrada, quando o assunto era planejamento tributário. Isto começa a mudar somente mais recentemente.